

ADEVANILDE ROTTER CUROTTO

UM ESTUDO SOBRE A QUEDA DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL
ENTRE 2001 e 2009

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas. Departamento de Economia do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Fábio Dória Scatolin

CURITIBA
2011

TERMO DE APROVAÇÃO

ADEVANILDE ROTTER CUROTTO

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas. Departamento de Economia do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca avaliadora:

Orientador



Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Economia – UFPR



Prof. Dra. Denise Maria Maia
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Economia - UFPR



Prof. Dr. José Guilherme Silva Vieira
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Economia – UFPR

A alegria que se tem em pensar e aprender faz-nos pensar e aprender ainda mais.

Aristóteles

Àqueles que puderam entender e aceitar a minha ausência enquanto meu desejo de aprender se materializava.

Ao meu marido, grande paixão da minha vida.

Agradecimentos:

À Universidade Federal do Paraná, pela oportunidade de voltar aos bancos escolares após minha aposentadoria, através do PROVAR.

Àqueles professores do Curso de Economia que permitiram um aprendizado centrado na liberdade dirigida.

RESUMO

Entre 2001 e 2009, o Índice de Gini da distribuição de renda domiciliar *per capita*, estimada através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), caiu 9.3%. O fato gerou muitas análises sobre a magnitude e relevância dessa queda. Este estudo se insere entre os que avaliam a relevância desta queda devida à subdeclaração de renda existente em pesquisas domiciliares. Foram contrastadas as estimativas de desigualdade geradas pela PNAD com aquelas geradas através de outras bases de informações: Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e Censo Demográfico de 2000 (CENSO). Também foram analisados os movimentos existentes no Sistema de Contas Nacionais (SCN) com relação às parcelas de rendimentos do trabalho, de aposentadorias e pensões e de rendimentos do capital. Os resultados mostram que a POF capta mais o rendimento do capital e gera estimativas em torno de 4% maiores que a PNAD e que apresentam uma tendência de queda da desigualdade de forma muito menos robusta. As estimativas geradas pela base de informações do CENSO são em torno de 6% maiores que as geradas pela PNAD, mesmo tendo uma composição de rendimentos bastante semelhante. O SCN mostra uma crescente participação do rendimento do capital na renda total. No entanto, esta parcela não está sendo apropriada pelas famílias e sim pelas empresas financeiras. O estudo conclui pela relevância restrita da queda da desigualdade.

ABSTRACT

During the 2001 and 2009 time span, the Gini Index for the distribution of household income *per capita*, computed by data collected from the Brazilian National Household Sample Survey (PNAD), decreased 9.3%. That fact generated a bunch of researches on the magnitude and relevance of this decrease. This study is included in those that evaluate the relevance of this decrease due to existing underreporting of income on household surveys. The estimates of inequality generated by the PNAD were compared with those generated by other information databases: Brazilian Household Budget Survey (POF) and Brazilian Population Census 2000 (CENSO). It was also analyzed the existing movements reported by the Brazilian System of National Accounts (SCN) related to the components of wage and salary, pensions and retirement programs, and capital gains. The results show that the POF is more sensible to the capital gains and generates estimates around 4% higher than the PNAD ones, and has a much less robust fall tendency. The estimates generated by the CENSO data are around 6% higher than those generated by the PNAD, even with a very similar composition of income. The SCN shows a growing share of capital gains in the total income. However, this component has not been appropriated by families, but by the financial companies. The study concludes by the restricted relevance of the inequality decrease.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 BASES DE INFORMAÇÕES UTILIZADAS	13
2.1 PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD).....	13
2.2 PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES - POF	18
2.3 CENSO DEMOGRÁFICO NACIONAL	24
3 REFLEXÕES SOBRE AS BASES DE INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS	26
3.1 AS RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO STIGLITZ-SEN-FITOUSSI	26
3.2 SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS, VANTAGENS E DESVANTAGENS ENTRE AS BASES	28
3.3 O PROBLEMA DA SUBDECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS	30
4 A MAGNITUDE DA DESIGUALDADE DE RENDA E SUA EVOLUÇÃO	34
4.1 50 ANOS ANTES	34
4.2 DESIGUALDADE DE RENDA NO PERÍODO 1995-2009	39
5 DETERMINANTES DA QUEDA DA DESIGUALDADE DE RENDA ENTRE 2001 E 2009.....	46
6 RELEVÂNCIA DA QUEDA DA DESIGUALDADE NO PERÍODO 2001-2009.....	52
6.1 PNAD <i>VERSUS</i> POF	54
6.2 PNAD <i>VERSUS</i> CENSO 2000	58
6.3 POF E PNAD <i>VERSUS</i> SCN	60
6.4 PNAD E OS MOVIMENTOS DA COMPOSIÇÃO E CONCENTRAÇÃO AO LONGO DO TEMPO <i>VERSUS</i> SCN.....	62
7 CONCLUSÕES	70
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74

1 INTRODUÇÃO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é calculado desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD) com o propósito de avaliar comparativamente o desenvolvimento das nações do mundo. A partir de então, o IDH passou a ser uma nova opção de mensuração do desenvolvimento - posição unicamente ocupada pelo PIB *per capita* desde a década de 1950 - com a grande vantagem de sinalizar que crescimento econômico deve estar aliado a melhorias, no mínimo, das condições da saúde e da educação da população. O índice é composto por indicadores de saúde, educação e renda, que aglutinados, geram um indicador sintético que torna possível e simples a hierarquização do desenvolvimento humano dos países. A ampla divulgação do *ranking* gerado pelo índice através da imprensa contribuiu para a mobilização da sociedade no sentido de cobrar dos governantes justificativas de suas iniciativas no campo social e de suas prioridades políticas. (JANNUZZI, 2001).

Vinte anos depois, o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2010, publicado pela PNUD (PNUD, 2010) passa a calcular o IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD), como aperfeiçoamento desse índice sintético. Quiça este indicador tenha o mesmo sucesso que o IDH tornando-se um importante veículo de informação da real distribuição de renda nos países e potencial gerador de mobilização da sociedade. Somente através de uma grande mobilização e um novo pacto social, especialmente no Brasil, será possível reverter o quadro lamentável das grandes diferenças na apropriação da renda e riqueza gerada em muitos países.

Rocha e Urani (2007) realizaram um estudo sobre como a população se coloca na escala social e de como percebe a distribuição de renda do país. Os resultados levaram à conclusão de que há um paradoxo entre o discurso popular aparentemente consciente sobre a desigualdade de renda no Brasil e a realidade de desconhecimento de como a renda é efetivamente distribuída no país. O pior quadro formado no ideário das pessoas ainda foi muito distante da realidade existente.

Para o Relatório da PNUD, a melhor medida de desigualdade é o Índice de Gini da distribuição da renda domiciliar *per capita*, por captar a forma como o rendimento se concentra em diferentes pontos da distribuição da renda das famílias. A composição do Índice de Gini com os já tradicionais indicadores do IDH resulta no novo IDHAD.

No RDH 2010 o Brasil ocupa a 73ª posição do IDH no *ranking* entre 169 países, figurando entre os países de desenvolvimento humano elevado. Com relação à desigualdade de renda, mensurada pelo Índice de Gini, o Brasil tem uma posição negativa de destaque no relatório, situando-se entre os últimos países no *ranking* – em 135ª posição entre os 145 países para os quais se pode calcular o indicador. O Brasil é menos desigual somente que os países: Honduras, Bolívia, África do Sul, Colômbia, Angola, Haiti, Belize, Botsuana, Comores e Namíbia.

No ajuste pela desigualdade, o Índice de Gini elevado faria com que o Brasil perdesse 15 posições no *ranking* do IDH. Nesse ajuste, o Brasil perderia 27.4% no valor total do IDH. A desigualdade na saúde geraria uma perda de 16.6% nesse quesito, na educação 25.7% e na renda per capita 37.6%.

A boa notícia é que há uma tendência de melhora para o Brasil. Na avaliação do Relatório, a regra entre os países é de piora na distribuição de renda nos últimos 20-30 anos. Para cada país que houve melhoria nesse indicador, houve piora em mais de dois. Felizmente o Brasil encontra-se no grupo dos que melhoraram sua distribuição. Diz o relatório:

Na América Latina e Caribe, os níveis de desigualdade historicamente elevados têm sido relacionados com uma distribuição desigual de terra e educação, maiores retornos para trabalhadores qualificados, uma elevada fertilidade nas famílias mais pobres e uma despesa pública degressiva. Todavia, vários países, entre os quais o Brasil, o Equador e o Paraguai, começaram a implementar abordagens bem sucedidas para mitigar esta desigualdade. Desde o final da década de 90, políticas progressivas parecem ter resultado em melhores salários para as pessoas menos instruídas e em transferências superiores através de uma política social seletiva. (PNUD, 2010, p. 74).

Diante disso, não é de surpreender que a melhoria sistemática nos indicadores de desigualdade de renda no Brasil a partir de 2001 tenha inspirado um grande debate entre os pesquisadores sobre a magnitude, significância, intensidade e determinantes desse fenômeno.

Entre 2001 e 2009 o Índice de Gini da distribuição de renda domiciliar per capita - que já vinha apresentando sinais de estabilidade desde 1995, caiu 9,3%, ou seja, 1,2% ao ano. Esses resultados são novidade para um país acostumado com a intensificação da concentração de renda de 1960 a 1990. Assim, uma euforia tomou conta de parte da comunidade acadêmica preocupada com o problema, gerando a partir de 2006 uma série de análises, às quais o presente trabalho se aglutina.

O objetivo deste trabalho é realizar um estudo da recente queda da desigualdade de renda no Brasil, analisando principalmente sua relevância. O foco será analisar se as subdeclarações de renda comumente existente em pesquisas domiciliares (ROCHA, 2002) podem estar causando uma falsa estimativa de tendência de queda da desigualdade e gerando expectativas não reais.

Para atender ao objetivo, o trabalho está dividido em sete seções, incluindo esta introdução. A segunda seção irá apresentar a principal fonte de dados utilizada nos cálculos dos indicadores de desigualdade de renda. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta características específicas que a colocam como melhor fonte de dados disponível para estudos sobre iniquidade, mas também apresenta limitações importantes que precisam ser apontadas para melhor entendimento do debate atual. Será pertinente apresentar a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada também pelo IBGE, com menor periodicidade, pela sua potencialidade em melhor aferir os níveis de desigualdade. Será também apresentada a metodologia empregada pelo Censo Demográfico (CENSO) decenal no que diz respeito aos rendimentos das famílias captados.

Na terceira seção serão inseridas algumas reflexões sobre as bases de informações conjugada às recomendações da Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi para a melhor mensuração do PIB. Também serão analisados os diversos aspectos existentes sobre subdeclaração de rendimentos em pesquisas domiciliares e seus efeitos sobre as estimativas de desigualdade de renda.

A quarta seção dará um tratamento gráfico aos números que revelam a situação passada e recente da desigualdade de renda no Brasil.

Na quinta seção será introduzida uma revisão bibliográfica dos trabalhos que avaliaram os determinantes da recente queda da desigualdade no Brasil.

Na sexta, após a colocação dos elementos necessários na análise nas seções anteriores, será finalmente investigado o objetivo maior deste estudo. Serão introduzidos os trabalhos que avaliaram os efeitos da subdeclaração de renda nas estimativas de desigualdade recente, bem como o Sistema de Contas Nacionais (SCN). Serão apresentados gráficos julgados pertinentes para visualizar o movimento existente na contabilidade nacional com relação à renda apropriada pelas famílias, conjugando-se estes movimentos com os dados levantados pelas pesquisas domiciliares.

A sétima seção conclui o estudo trazendo um resumo dos principais pontos encontrados sobre a relevância da recente queda da desigualdade.

2 BASES DE INFORMAÇÕES UTILIZADAS

Os números da desigualdade de renda no Brasil são monitorados com frequência praticamente anual através das estimativas geradas pela PNAD. Também são utilizados os dados gerados pela POF, que vai a campo menos frequentemente e ainda pelos estimadores de renda gerados a partir do CENSO decenal. Todas estas bases são de responsabilidade do Instituto de Geografia e Estatística Brasileiro (IBGE). Cada uma delas possui características próprias - semelhanças e diferenças que devem ser consideradas na análise dos estimadores de desigualdade de renda inferidos através dessas diversas bases de informações.

Esta seção irá discorrer sobre estas bases de dados apontando suas características, semelhanças e diferenças. A partir dessa avaliação será possível fazer algumas considerações sobre os estimadores de desigualdade de renda inferidos.

2.1 PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD)

A Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios tem sido realizada pelo IBGE, anualmente, desde 1967 (com exceção dos anos 1974, 1975, 1980, 1991, 1994 e 2000), com a finalidade de produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Os temas são pesquisados considerando uma semana de referência no mês de referência. (IBGE, 2010b).

Há em andamento no IBGE um projeto de implementação desta pesquisa de forma contínua para poder atender a crescente demanda por informações conjunturais sobre emprego e rendimento. O projeto prevê divulgações trimestrais dos dados. (IBGE 2008).

A pesquisa tem propósitos múltiplos, investigando diversas características demográficas gerais da população, a habitação, a educação, trabalho e rendimento. Periodicamente inclui temas como migração, fecundidade e outros dependendo da necessidade de informação para o Brasil. Inicialmente abrangendo apenas os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, foi progressivamente incorporando todas as Unidades da Federação. A partir de 1981 já eram pesquisadas todas as áreas urbanas do País, mas somente a partir 2004 se incorporou na pesquisa a área rural

de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Desde o início, em 1967, os temas Habitação e Aspectos demográficos envolviam todos os domicílios e todas as pessoas na área geográfica pesquisada. Para o tema Educação até 1993 abrangia apenas as pessoas maiores de cinco anos de idade. A partir de 1994 passa a investigar todas as pessoas. No tema Trabalho e rendimento investigava até 1970 pessoas de 14 anos ou mais de idade. Entre 1971 e 1999 investigou pessoas com 10 anos ou mais de idade. Apenas em 2001 investigou pessoas com cinco ou mais anos de idade e de 2002 até 2009 novamente investigou de forma mais profunda pessoas de 10 anos ou mais de idade. (IBGE, 2010b).

Houve algumas alterações conceituais, de classificação e/ou metodológicas ao longo dos anos que necessitam ser verificadas para manter a comparatividade dos dados no tempo. Uma importante modificação, de interesse para o tema desse estudo, é que a partir de 1992 os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso passam a integrar o conceito de população ocupada. Neste ano também se inclui uma categoria nova para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado. (IBGE, 2010b).

Alguns conceitos utilizados na pesquisa são mais importantes para este estudo e serão explicitados. Os conceitos de domicílio, família, pessoa ocupada, trabalho e rendimento. O conceito de *domicílio* inclui locais de moradia estruturalmente separados e independentes. O conceito de *domicílio particular* se refere a habitações de uma pessoa ou grupo de pessoas com relacionamentos ditados por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. Os *domicílios coletivos* são conceituados por habitações com normas de convivência administrativas (hotéis, orfanatos, canteiros de obras são alguns exemplos). A *unidade domiciliar* é o domicílio particular ou uma unidade de habitação em domicílio coletivo. Ainda referente ao domicílio há a diferenciação entre *permanente* e *improvisado, rural* ou *urbano*.

A pesquisa investiga de forma aprofundada os domicílios com a característica de *domicílio particular permanente*, rural ou urbano. Para esses, a pesquisa capta, entre outras características de acesso a bens duráveis e serviços básicos de saneamento, água e energia elétrica, a *condição de ocupação: próprio já quitado; próprio em aquisição; alugado; cedido; outra*. Também é objeto de coleta da pesquisa o valor do aluguel - ou da prestação do domicílio e se o terreno onde está localizado o domicílio é próprio.

O conceito de *família* é definido como o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. (IBGE, 2010b).

Pessoa ocupada é aquela, de 10 anos ou mais de idade, que realiza trabalho em atividade econômica. Considera as ocupações que aconteceram na semana de referência, remuneradas em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios e aquelas, não remuneradas, que envolvem produção para consumo próprio em algumas atividades e construção para uso próprio.

Os rendimentos na PNAD são investigados para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, com muita riqueza de detalhes quanto ao rendimento do trabalho, tipo de atividade, tipos de benefícios recebidos, relações agrícolas, entre outras.

Como *Rendimento mensal de trabalho* é considerado a remuneração bruta mensal derivada daquela da semana de referência. A remuneração bruta, para empregados, corresponde ao pagamento sem excluir o salário família e os descontos correspondentes aos pagamentos de instituto de previdência, imposto de renda e outros e não incluindo o 13º salário, tampouco a participação nos lucros paga pelas empresas aos empregados. A parcela recebida em benefícios como moradia, alimentação, roupas, vales refeição, alimentação ou transporte, não são incluídas no total do rendimento de trabalho.

Para os empregadores e conta própria a remuneração bruta do rendimento mensal do trabalho corresponde à retirada mensal normalmente feita ou a retirada média mensal - se esta for variável, referente ao mês de referência. A retirada corresponde ao rendimento bruto menos despesas efetuadas com o empreendimento, tais como pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone da pessoa que explora um empreendimento como conta própria ou empregadora.

Para a pessoa licenciada por instituto de previdência, o rendimento bruto mensal dos rendimentos do trabalho corresponde ao recebido como benefícios tais como auxílio-doença e auxílio por acidente de trabalho no mês de referência.

Como rendimentos do trabalho também são computados os rendimentos em dinheiro e o valor, real ou estimado, dos produtos ou mercadorias do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura.

Os empregados e trabalhadores domésticos que recebe apenas benefícios como alimentação, roupas ou medicamentos como rendimento de trabalho, são incluídos no grupo “sem rendimento”. (IBGE, 2010b).

O rendimento mensal de outras fontes inclui:

1. Valores normalmente recebidos de jubilação e reforma ou aposentadoria, pagos por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal, inclusive FUNRURAL) ou pelo governo federal;
2. Pensão paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal), governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão, na qualidade de beneficiária de outra pessoa;
3. Complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão;
4. Pensão alimentícia, espontânea ou judicial;
5. Abono de permanência em serviço;
6. Aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais, entre outros;
7. Doação ou mesada proveniente de pessoa não moradora na unidade domiciliar;
8. Programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa-Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa-Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, e outros); rendimento médio mensal, no mês de referência, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos, etc.); parceria; etc. (IBGE, 2010b).

Para os rendimentos que não do trabalho, a PNAD capta de forma muito agregada os rendimentos dos programas sociais e dos rendimentos do capital. A Figura 2.1 mostra como em poucos códigos se pretende receber várias espécies diferentes de rendimentos.

Provavelmente o campo mais problemático para os pesquisadores seja o campo 1272, onde se agrega informações de juros, dividendos e os derivados de programas sociais governamentais.

125 Qual era o rendimento que ___ recebia normalmente, em setembro de 2009?

01	<input type="checkbox"/> 1251 Aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal (R\$)	<input type="text" value="1252"/>
02	<input type="checkbox"/> 1254 Pensão de instituto de previdência ou do governo federal (R\$)	<input type="text" value="1255"/>
03	<input type="checkbox"/> 1257 Outro tipo de aposentadoria (R\$)	<input type="text" value="1258"/>
04	<input type="checkbox"/> 1260 Outro tipo de pensão (R\$)	<input type="text" value="1261"/>
05	<input type="checkbox"/> 1263 Abono de permanência (R\$)	<input type="text" value="1264"/>
06	<input type="checkbox"/> 1266 Aluguel (R\$)	<input type="text" value="1267"/>
07	<input type="checkbox"/> 1269 Doação recebida de não morador (R\$)	<input type="text" value="1270"/>
08	<input type="checkbox"/> 1272 Juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos (especifique) (R\$)	<input type="text" value="1273"/>
	<input type="text"/>	

(siga 126)

FIGURA 2.1 – Questionário da PNAD referente a rendimentos que não do trabalho.
 FONTE: IBGE (2010b)

Apesar dessa dificuldade, existem trabalhos que conseguem isolar do campo 1272 os diferentes programas sociais governamentais, com algoritmo e método próprios. Esses trabalhos se dedicam a verificar o impacto das transferências dos programas sociais sobre a desigualdade de renda.

A soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes constituiu o *rendimento mensal* apresentado para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e economicamente ativas. O rendimento mensal apresentado para as pessoas não economicamente ativas consiste o oriundo de outras fontes.

O *rendimento mensal familiar* corresponde à soma dos rendimentos mensais dos componentes da família, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquelas cuja condição na família se situa entre pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Considerou-se como *rendimento mensal domiciliar* a soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquelas cuja condição na unidade domiciliar fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. IBGE (2010b).

O rendimento mensal *domiciliar per capita* mais comumente utilizado nos trabalhos sobre desigualdade de renda corresponde à soma do rendimento mensal domiciliar dividida por todos os membros do domicílio.

O desenho amostral da PNAD propicia a publicação dos resultados para o Brasil e Grandes Regiões, nos estratos urbanos e rurais. Engloba também as áreas urbanas e rurais de todos os Estados da Federação (a partir de 2004 também engloba as áreas rurais da Região Norte). Na PNAD 2009 foram entrevistados 153.837 domicílios e 399.387 pessoas. Na PNAD 2002 a amostra contemplou 133.255 unidades domiciliares. (IBGE, 2003, 2010b).

2.2 PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES - POF

A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) foi realizada em 2002-2003 e novamente em 2008-2009, com período de coleta de 19 de maio de 2008 a 18 de maio de 2009, com data de referência de 15 de janeiro de 2009. Outras pesquisas de orçamentos familiares foram realizadas em 1974-1975, 1987-1988 e 1995-1996. (IBGE, 2010a).

Assim como para a PNAD há um projeto do IBGE em andamento para que esta pesquisa seja implementada de forma contínua para atender as necessidades de informações conjunturais sobre a composição orçamentária familiar e as suas condições de vida. (IBGE, 2008).

A pesquisa investiga os domicílios particulares permanentes, assim como a PNAD, mas para ela diferentemente da PNAD que tem como base unidade domiciliar – que na maioria das vezes coincide com o conceito de família, sua base é

a unidade de consumo, o grupo de pessoas que compartilham a mesma fonte de alimentação ou compartilham as despesas de moradia – que da mesma forma, na maioria das vezes coincide com o conceito de família. Os conceitos referentes a domicílio e família são similares aos já expostos para a PNAD.

Os resultados da POF 2008-2009 mostram as despesas, rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias. Os dados da pesquisa permitem avaliar de forma muito mais profunda a composição orçamentária familiar do que os da PNAD. A pesquisa capta as despesas e rendimentos monetários e não monetários.

Despesas monetárias são aquelas efetuadas através de pagamento, realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou com utilização de cartão de crédito. *Despesas não monetárias* são todas aquelas que não foram feitas como monetárias e incluem doações, retiradas do negócio, produção própria ou troca. Incluem também o aluguel imputado pelo próprio informante quando seu domicílio não era alugado. A *despesa total* inclui todas as despesas monetárias e não monetárias, que incluem o serviço de aluguel. (IBGE, 2010a).

As despesas são segmentadas também pelos conceitos de despesas correntes, aumento do ativo e diminuição do passivo. As *despesas correntes* incluem basicamente o consumo em bens e serviços como: alimentação, habitação, vestuário, educação, transporte, higiene, assistência à saúde, recreação e cultura, fumo, serviços e despesas diversas. Incluem também as *outras despesas correntes* que agregam todos os impostos, taxas e contribuições, além de pensões, mesadas e doações. O *aumento do ativo* inclui despesas com aquisição, reforma e melhoria de imóveis além de investimentos diversos e pode ser entendido como o aumento do patrimônio familiar. A *diminuição do passivo* inclui pagamentos com débitos, juros e seguros com empréstimos pessoais. (IBGE, 2010a).

O *rendimento bruto total* da unidade de consumo corresponde ao somatório de todos os rendimentos monetários e não monetários.

O *rendimento monetário* consiste de todo tipo de rendimento monetário, exceto a variação patrimonial, recebido durante o período de referência. O rendimento do trabalho corresponde ao rendimento bruto proveniente do trabalho do empregado e de empregador e conta-própria. No *rendimento do empregado* são considerados aqueles provenientes da contrapartida por seu trabalho e estão incluídas as horas extras, participação nos lucros, auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio-combustível, rendimentos e abono-salário do PIS/PASEP, saques do

PIS/PASEP e do FGTS, indenizações trabalhistas, salário educação, auxílio-creche, auxílio-moradia e outros. No *rendimento do empregador e conta-própria* são considerados seus recebimentos menos suas despesas na execução da atividade.

Transferências são aqueles rendimentos monetários provenientes de aposentadorias, pensões, programas sociais, mesadas, doações e outras transferências. Há também a coleta em separado dos rendimentos com aluguéis. *Outras rendas* incluem o rendimento monetário que provem de vendas eventuais, juros recebidos e ganhos com operações financeiras, lucros e dividendos de ações.

Os *rendimentos não monetários* correspondem à parcela de despesas não monetárias São em termos contábeis iguais com exceção da parcela do aluguel imputado dos quais se descontam as despesas com manutenção e reparos, impostos, taxas de serviços e seguros com o domicílio. Assim a produção para próprio consumo, declarada nas despesas, se torna uma forma de rendimento. Nos questionários POF 3 e 4 há espaço para a declaração de cada unidade de produto consumido pela família - ou pelo membro individual da família e a correspondente forma de aquisição. No caso de produção própria, o próprio informante imputa o valor correspondente.

A *variação patrimonial* compreende venda de imóveis, recebimento de heranças e o saldo positivo da movimentação financeira. Na POF 2002-2003 não havia esta discriminação. Esses valores estavam inclusos no total das rendas monetárias. A renda domiciliar inclui, portanto, as rendas monetárias, não monetárias e a variação patrimonial.

A coleta de informações da POF compreende vários questionários e cadernetas de anotações. O POF 1 é um questionário que recolhe as características básicas dos domicílios e dos moradores (similar ao da PNAD). O POF 2 é um questionário onde se coleta as informações referentes a todas as aquisições coletivas da unidade, incluindo os serviços de água, energia e esgoto, aluguel, telefone fixo, construção e reparo, assim como despesas com os bens duráveis de uso do domicílio. POF 3 se refere a uma caderneta de aquisição coletiva onde são registradas (pelo agente de pesquisa e pelo informante) todas as despesas referentes ao consumo da unidade, tais como bebidas, artigos de higiene pessoal e limpeza, combustíveis de uso doméstico e outras despesas normalmente coletivas. Na POF 4 se recolhe através de um questionário as aquisições individuais de cada

membro da unidade. Despesas como educação, transportes, perfumaria, telefonia celular, vestuário, calçados, viagens, contribuições trabalhistas e pensões.

O questionário POF 5 recolhe informações sobre o trabalho e rendimento de forma individual a cada membro da unidade. Este questionário coleta informações de forma bastante desagregada para os rendimentos não trabalho. É possível coletar informações em mais de 40 campos diferentes para compor o agregado (FIGURA 2.2 e FIGURA 2.3). Além das aposentadorias e pensões de fontes diferentes, coleta os recebimentos do Bolsa Família separadamente aos de outros programas sociais continuados e deixa espaço para a coleta de informação sobre juros recebidos de forma não explícita. O POF 6 recolhe avaliações subjetivas sobre a qualidade de vida. No POF 7, através de um bloco de anotações, se recolhe as informações sobre o consumo alimentar individual. (IBGE, 2010a).

A coleta dessas informações aconteceu ao longo de nove dias consecutivos para cada família selecionada na amostra. Pode-se supor que recolher dados de despesas, associados a dados de receitas, durante um tempo maior que uma simples entrevista, favorece a coleta de informações mais aderentes à realidade. A memória dos entrevistados pode ser resgatada aos poucos, permitindo ajustes das informações. Além disso, o tratamento dos dados discrepantes entre despesas e receitas pode ser realizado.

O desenho da amostra da POF foi estruturado de tal modo que propicia a publicação de resultados para o Brasil, Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e também por situação urbana e rural. Para as Unidades da Federação, os resultados contemplam o total e a situação urbana. Nas nove regiões metropolitanas e nas capitais das Unidades da Federação os resultados correspondem à situação urbana. (IBGE, 2010).

A amostra da POF 2002-2003 abrangeu 48.470 domicílios ou 48.535 famílias. Essa amostra representa 0,1% dos domicílios do país. A amostra da POF 2008-2009 envolveu 55.970 domicílios ou 57.817 famílias.

54 APOSENTADORIAS, PENSÕES, AUXÍLIO S, OUTROS RENDIMENTOS HABITUAIS E DEDUÇÕES NO PERÍODO DE REFERÊNCIA DE 12 MESES				
SITUAÇÃO DO QUADRO 1 <input type="checkbox"/> PESQUISADO COM REGISTRO 3 <input type="checkbox"/> PESQUISADO SEM REGISTRO 5 <input type="checkbox"/> NÃO-PESQUISADO				
TIPO	ÚLTIMO RENDIMENTO MENSAL (R\$)	DEDUÇÃO	MÊS DO ÚLTIMO RENDIMENTO	NÚMERO DE MESES
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Aposentadoria do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pensão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aposentadoria (Municipal, Estadual, Federal) da Previdência Pública	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pensão (Municipal, Estadual, Federal) da Previdência Pública	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aposentadoria, Suplementação da Previdência Privada (Aberta ou Fechada)	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Soluz-família	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Benefício de prestação continuada (BPC, LOAS)	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Soluz de estudo	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pensão alimentada de não-monador	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mezuda de não-monador	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Doação de não-monador	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aluguel, uso ou exploração de bens imóveis	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aluguel, direitos autorais, patentes de bens móveis	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Auxílio-alimentação	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Auxílio-transporte	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	0 0	0 0	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

FIGURA 2.2 – POF: Outros rendimentos habituais.
 FONTE: (IBGE, 2010a).

55		OUTROS RENDIMENTOS, RECEITAS, EMPRÉSTIMOS E DEDUÇÕES ESPORÁDICAS NO PERÍODO DE REFERÊNCIA DE 12 MESES											
SITUAÇÃO DO QUADRO		1 <input type="checkbox"/> PESQUISADO COM REGISTRO			3 <input type="checkbox"/> PESQUISADO SEM REGISTRO			5 <input type="checkbox"/> NÃO-PESQUISADO					
TIPO		VALOR						DEDUÇÃO					
(1)		(2)						(3)					
Dívidas Tercel. Salário		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Férias		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Saques do FGPASEP (total)		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Rendimento do FGPASEP		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Saque do FGTP		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Indenização trabalhista		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Participação nos lucros de negócios (empregador)		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Participação nos lucros de empresa (empregado)		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Contrato de venda (esporádica)		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Honorários		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Empréstimo		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Seguro-desemprego		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Restituição do Imposto de Renda		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Herança e outras transferências patrimoniais		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Venda de imóvel (exceto terreno)		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Venda de automóvel		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Venda de consultório, caminhão e outros		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Indenização e restituição de seguro pessoal		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Indenização e restituição de seguro obrigatório de automóvel/ônibus pessoal		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Indenização e restituição de seguro voluntário de automóvel/ônibus pessoal		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Indenização e restituição de seguro obrigatório de moto		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
Indenização e restituição de seguro voluntário de moto		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
.....		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
.....		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
.....		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
.....		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
.....		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
.....		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
.....		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
.....		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
.....		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
.....		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
.....		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	
.....		[][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]		[][][][][][][]		[][]	

FIGURA 2.3 – POF: Outros rendimentos esporádicos
 FONTE: (IBGE, 2010a).

2.3 CENSO DEMOGRÁFICO NACIONAL

A primeira contagem da população foi feita em 1872 e a partir de 1890 passou a acontecer a cada 10 anos. O Censo Demográfico de 2000 pesquisou 54.265.618 domicílios nos 5.507 municípios existentes no ano de 2000, das 27 Unidades da Federação.

Na coleta das informações do Censo Demográfico 2000, foram usados dois modelos de questionário. Um questionário básico aplicado nas unidades não-selecionadas para a amostra e contendo perguntas referentes às características que foram investigadas para 100% da população. Outro questionário aplicado somente nos domicílios selecionados para a amostra contendo, além das perguntas que também constam do questionário básico, outras perguntas mais detalhadas sobre características do domicílio e de seus moradores, referentes aos temas religião, cor ou raça, deficiência, migração, escolaridade, fecundidade, nupcialidade, trabalho e rendimento. (IBGE, 2003).

Em todo o Território Nacional foram selecionados 5.304.711 domicílios para responder ao questionário da amostra, o que significou uma fração amostral da ordem de 11,7%. Nesses domicílios, foram levantadas as informações para todos os seus moradores, totalizando 20.274.412 pessoas. (IBGE, 2003).

Esse desenho amostral pode fornecer informações em nível de municípios, urbanos e rurais.

Os conceitos envolvidos de interesse desse trabalho: domicílio, família, pessoa ocupada, trabalho e rendimento são semelhantes aos da PNAD. A captação dos rendimentos do trabalho envolve menos detalhamento do que na PNAD, mas da mesma forma, pretende captar o rendimento bruto de todos os trabalhos.

Foram investigados, relativo ao mês de referência, em campos próprios:

1. Os rendimentos nominais mensal de aposentadorias e pensões;
2. Aluguéis;
3. Pensão alimentícia, mesada ou doação recebida de não-morador;
4. Renda mínima, Bolsa-Escola ou seguro-desemprego;
5. Outros rendimentos. (IBGE, 2003);

No campo *outros* foram investigados os rendimentos habitualmente recebidos a título de abono de permanência em serviço, pensão paga integralmente por

seguradora ou entidade de previdência privada aberta, juros de aplicações financeiras, dividendos, etc. (IBGE, 2003).

Conforme mostra a Figura 2.4, para rendimentos que não do trabalho o CENSO recolhe informações ainda mais agregadas que os da PNAD.

POSSUÍA RENDIMENTOS EM JULHO DE 2000 PROVENIENTES DE:			
4.57 - APOSENTADORIA, PENSÃO?	<input type="checkbox"/> NÃO	R\$, 00
4.58 - ALUGUEL?	<input type="checkbox"/> NÃO TEM	R\$, 00
4.59 - PENSÃO ALIMENTÍCIA, MESADA, DOAÇÃO RECEBIDA DE NÃO-MORADOR?	<input type="checkbox"/> NÃO TEM	R\$, 00
4.60 - RENDA MÍNIMA/BOLSA-ESCOLA, SEGURO-DESEMPREGO, ETC? (Programas oficiais de auxílio)	<input type="checkbox"/> NÃO TEM	R\$, 00
4.61 - OUTROS?	<input type="checkbox"/> NÃO TEM	R\$, 00

FIGURA 2.4 – Captação dos rendimentos que não trabalho no CENSO 2000.
FONTE: (IBGE, 2003).

3 REFLEXÕES SOBRE AS BASES DE INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS

Nesta seção serão introduzidas as recomendações da comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi, organizada pelo governo francês para estudar como medir melhor o desenvolvimento econômico e social das nações para em seguida traçar uma breve comparação das bases de dados geradas pela PNAD, pela POF e pelo CENSO com relação aos rendimentos aferidos e à luz dessas recomendações. Também será objeto de considerações o problema da subdeclaração de rendimentos.

3.1 AS RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO STIGLITZ-SEN-FITOUSSI

Em fevereiro de 2008, o presidente da França Nicholas Sarkozy, insatisfeito com as informações estatísticas disponíveis sobre a economia e a sociedade convidou os economistas Joseph Stiglitz (Presidente da Comissão), Amartya Sen e Jean Paul Fitoussi para criar a que ficou posteriormente conhecida como Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi. O objetivo da comissão era identificar os limites do PIB como um indicador de desempenho econômico e progresso social, incluindo os problemas com sua mensuração. Além disso, considerar que informações adicionais seriam necessárias para produzir indicadores mais relevantes do progresso social e para estudar as diferentes ferramentas alternativas de mensuração. Enfim, uma comissão para conduzir as informações estatísticas num caminho correto. (STIGLITZ, 2009).

O relatório final da Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi (STIGLITZ, 2009), foi dividido em três grandes tópicos: Questões Clássicas do PIB, Qualidade de Vida e Desenvolvimento Sustentável. Resultou em grande desafio para a comunidade estatística no sentido de organizar-se para gerar bases de dados que consigam dar suporte às recomendações da comissão de como melhorar a mensuração do desenvolvimento dos países.

São de interesse deste estudo, especialmente as cinco recomendações referentes ao primeiro tópico, para o qual a comissão faz considerações específicas em como melhorar a utilização do PIB como reflexo do padrão de vida:

1. Ao avaliar bem-estar material, olhar para renda e consumo ao invés de olhar para a produção;
2. Considerar renda e consumo junto com riqueza;

3. Enfatizar a perspectiva familiar;
4. Dar mais proeminência à distribuição da renda, consumo e riqueza;
5. Ampliar medidas de renda para atividades não mercantis.

Para gerar a primeira recomendação, a comissão argumenta sobre a dificuldade crescente de medição dos produtos e serviços cada vez mais complexos e variáveis. Também argumenta que a produção do governo é medida através dos seus gastos e uma variação na produtividade do setor não seria captada no PIB. Embora exista muita dificuldade e falta de consenso sobre como medir a produção do governo, ela certamente deve ter o olhar do serviço prestado e não dos gastos. Também entende que a medição do bem-estar deve ser uma medida multidimensional e que a renda é importante. (STIGLITZ, 2009).

Para gerar a segunda recomendação, o relatório resume suas considerações observando que o bem-estar material deve ser avaliado através do rendimento nacional líquido. Deve levar em conta a depreciação dos bens e o estoque de riquezas. (STIGLITZ, 2009).

Sobre a terceira recomendação, em resumo informa sobre as discrepâncias que podem ocorrer entre a variação do PIB *per capita* e a renda real das famílias. A perspectiva familiar implica em levar em conta os pagamentos entre os setores. Os impostos que vão para o governo, os benefícios sociais que retornam e o pagamento de juros que é captado pelas instituições financeiras. Argumenta que deve ser adequadamente medida a renda e consumo das famílias para captar os serviços prestados pelo governo (educação, saúde, infra-estrutura), em espécie. (STIGLITZ, 2009).

A quarta recomendação se refere à produção de informações sobre a evolução da distribuição da renda, do consumo e da riqueza. O relatório recomenda que renda, consumo e riqueza devem ser considerados em conjunto, pois uma pessoa com renda inferior, mas com riqueza acumulada não necessariamente está em pior situação que outra com renda maior. Sugere que os países produzam informações estatísticas e balanços para acompanhar a evolução do estoque da riqueza. (STIGLITZ, 2009).

A quinta recomendação se refere à medição dos produtos não mercantis. O serviço doméstico é um exemplo. Outro poderia ser alguns dos serviços oferecidos pelo governo e não valorados. Muitos dos produtos antes produzidos em casa agora são comprados no mercado e isso pode refletir em um falso aumento do PIB. A

produção para o próprio consumo deve ser levada em consideração nas contas nacionais. A sua contabilização gerará informações adicionais para o monitoramento da qualidade de vida via gestão do tempo pessoal. (STIGLITZ, 2009).

3.2 SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS, VANTAGENS E DESVANTAGENS ENTRE AS BASES

Comparando as duas pesquisas pode-se conjecturar que a grande vantagem da PNAD sobre a POF no estudo da desigualdade de renda é sua longa história - que permite acompanhar sistematicamente a evolução dos indicadores. A POF, por outro lado, traz novas dimensões de análise. Analisar consumo, renda e variação da riqueza em conjunto, como recomenda a comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi. Infelizmente não contabiliza, ainda, o estoque de riqueza domiciliar.

Uma grande vantagem da POF sobre a PNAD é a oportunidade de o próprio consumidor imputar valores à sua produção para autoconsumo, aos bens e serviços que recebem em contrapartida de seu trabalho. Embora ainda não valore o trabalho doméstico em espécie, como recomenda a comissão, em sua estrutura é muito fácil de captar. O mais complexo parece ser a definição de como deve ser essa valoração. (STIGLITZ, 2009).

Com relação ao aluguel pago ou imputado, a PNAD coleta a informação do valor pago quando é o caso, mas não coleta do consumidor do serviço habitação o valor que seria pago de aluguel caso sua moradia não fosse própria. O Sistema de Contas Nacionais (SCN) utiliza esta informação do aluguel pago e através de métodos estatísticos faz a imputação de todos os imóveis de moradia. Já a POF obtém essa imputação de forma mais acurada, através do informante no domicílio.

Relevante assinalar que as duas pesquisas apesar de similares em sua abrangência geográfica, são diferentes nas finalidades a serem atingidas. Assim o desenho amostral da PNAD necessita de uma amostra quase três vezes maior do que as amostras da POF. A PNAD trabalha com uma amostragem da ordem de 0,3% dos domicílios nacionais, enquanto na POF é da ordem de 0,1% dos domicílios. Essa é a grande vantagem do CENSO sobre as duas pesquisas com relação ao estudo da desigualdade de renda. Com uma amostra significativamente maior, na ordem de 11% dos domicílios nacionais torna-se bastante provável que os

rendimentos da parcela mais rica da população, o centésimo mais rico seja proporcionalmente maior que nas duas pesquisas.

Outra vantagem da POF sobre a PNAD se refere aos valores de *outros rendimentos*. A POF possui um nível muito grande de detalhamento quanto às várias origens dos recebimentos, permitindo valores muito acurados. Na PNAD, para outros rendimentos, é possível coletar informações em apenas oito campos diferentes. No oitavo campo se misturam informações referentes a juros recebidos de poupança e de investimentos, dividendos e todos os programas sociais. Já na POF estas mesmas informações conseguem ser coletadas de forma bem mais desagregada, em cerca de 40 campos ou mais. Nesse sentido é esperado que a parcela proporcional de rendimentos do trabalho aferida pela POF seja menor que a aferida pela PNAD - pelo nível de detalhamento dos outros rendimentos e pela metodologia de captação. Por outro lado espera-se que a parcela referente a outros rendimentos e – principalmente, os rendimentos do capital tenham uma participação maior na POF. Sobre o CENSO é difícil fazer afirmações nesse sentido. Se de um lado, os outros rendimentos têm uma captação ainda mais agregada do que na PNAD, sua grande amostra pode permitir o aumento da participação dos outros rendimentos no total da renda.

Uma observação se faz útil neste ponto. No questionário que recebe os dados sobre os rendimentos individuais na POF 2002-2003 (Questionário 5) há especificamente a rubrica *Juros de Empréstimo*, que corresponde ao código 31 e *Dividendos de Ações*, código 15. Já no questionário correspondente na POF 2008-2009 não existem esses códigos de forma específica apesar de haver espaço para serem coletados, como mostram as Figuras 2 e 3 da seção anterior. Esse fato chama a atenção, pois a já difícil captação do rendimento do capital financeiro torna-se ainda mais, ao não ser diretamente argüido. Se a renda do capital é reconhecidamente mal captada nas pesquisas domiciliares, esse detalhe poderia fazer muita diferença.

Uma última consideração. É comum que os pesquisadores utilizem os conceitos de *unidade de consumo* - da POF, de *unidade domiciliar* - da PNAD e CENSO e de *família* - do IBGE, como similares em seus estudos. Da mesma forma, neste trabalho esses conceitos serão utilizados como similares.

3.3 O PROBLEMA DA SUBDECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

O problema da subdeclaração dos rendimentos torna-se bastante importante na análise da desigualdade de renda no Brasil. Havendo subdeclaração, as estimativas da desigualdade poderiam estar subestimadas se a subdeclaração se concentrar à direita da distribuição dos rendimentos, entre os mais ricos. Similarmente, os estimadores poderiam estar superestimados se esta subdeclaração se concentrar à esquerda da distribuição, entre os mais pobres.

Segundo Rocha (2002), as informações de melhor qualidade para a obtenção da renda são obtidas através de pesquisas de orçamentos familiares. Através da investigação detalhada das despesas familiares, a renda associada surge de forma natural. No entanto, como a PNAD não pesquisa as despesas pode ocorrer subdeclaração intencional com intensidade variável de acordo com o valor e a natureza do rendimento. Segundo suas palavras:

Assim, sabe-se que quanto mais elevado o rendimento, maior o grau de subestimação do seu valor. Por outro lado, esse grau de subestimação varia conforme a natureza do rendimento, sendo menor para os rendimentos do trabalho formal e os "oficializados", como pensões e aposentadorias, aumentando progressivamente quando se trata de rendimentos do trabalho informal e, principalmente, rendimentos de capital. (ROCHA, 2002).

Corroborando estas observações, Diniz *et al.* (2007) informam que a PNAD capta muito bem os ganhos que não sofrem alterações durante o ano, entre eles as aposentadorias, pensões e renda do trabalho formalizado. Esses valores, segundo Diniz, são bastante aderentes - em torno de 90%, aos dados dos registros administrativos.

Em um importante trabalho sobre o tema do subdimensionamento, Barros (BARROS *et al.*, 2007) fazem comparações entre os dados aferidos sobre a renda por duas pesquisas domiciliares e o Sistema de Contas Nacionais (SCN). Para os pesquisadores a subdeclaração da renda pode ocorrer, mas o problema seria ocorrer de forma desproporcional ao longo da distribuição. Em suas palavras:

A dificuldade em captar adequadamente todas as fontes de renda leva a uma inequívoca subestimação da renda das famílias e, portanto, tem impacto direto sobre a renda média. Contudo, para que essa subestimação também tenha impacto sobre a aferição da desigualdade de renda, é preciso que as omissões existentes estejam distribuídas de forma desproporcional ao longo da distribuição. Ao contrário, se a subestimação ocorre de forma proporcional à renda de fato captada, então ela não deve ter qualquer impacto sobre a mensuração da desigualdade. Portanto, a

dificuldade não deriva das omissões em si, mas de uma eventual desproporção da subestimação da renda dos mais ricos ou dos mais pobres. (BARROS *et al.*, 2007, p. 7).

E continuam os pesquisadores:

Tradicionalmente, argumenta-se que essas omissões estão especialmente concentradas entre os mais ricos em virtude da subdeclaração dos rendimentos de ativos e, talvez, devido a uma recusa maior dos mais ricos em responder a essas pesquisas. Porém, há também omissões que incidem de forma mais significativa sobre os grupos de indivíduos localizados nos décimos inferiores da distribuição, em particular aquelas decorrentes da subestimação dos rendimentos não-monetários e de transferências eventuais, como o seguro-desemprego e a ajuda de familiares. Portanto, a determinação do impacto líquido da subestimação dessas diferentes fontes de renda sobre a desigualdade é uma questão empírica, não sendo possível determinar a priori a sua direção. (BARROS *et al.*, 2007, p. 7).

A esta linha de pensamento sobre o impacto não previsível da subdeclaração de rendimentos ao longo da distribuição se adiciona outra. Mesmo ocorrendo subdeclaração de forma mais acentuada à direita da distribuição gerando subestimação da desigualdade, se esta for mantida de forma proporcional ao longo do tempo – não afetará a avaliação da tendência de queda ou ascensão da desigualdade. A esse respeito Hoffmann se pronuncia:

Mesmo que o problema da subdeclaração da renda leve à subestimação do nível de desigualdade de renda no país, ele não afeta necessariamente a variação da desigualdade ao longo do tempo, particularmente a recente redução da disparidade dos rendimentos. Para que a subdeclaração tenha alguma influência na variação do nível de desigualdade, é preciso que a proporção da renda não-declarada dos mais ricos em relação à renda total cresça. Outra possibilidade seria uma redução da parcela da renda não-declarada no ganho dos mais pobres. Não há, em princípio, motivo para que qualquer uma das duas situações tenha acontecido especificamente com os dados da PNAD no período 2001 a 2006. Se o grau de subestimação da renda entre mais ricos e mais pobres permanece inalterado, não se deve esperar que o problema da subdeclaração da renda afete as estimativas da variação das desigualdades (HOFFMANN, 2008, pg. 27).

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) 2010, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD) as parcelas dos rendimentos referentes ao trabalho estão em declínio enquanto os rendimentos do capital aumentam:

Para a maior parte das pessoas do mundo, os componentes mais significativos do rendimento são os salários e ganhos. Os rendimentos de capital, por outro lado, estão freqüentemente muito concentrados nos mais abastados. As quotas relativas de rendimentos do trabalho e de capital revestem-se, assim, de interesse em qualquer debate sobre a desigualdade. A investigação realizada para este Relatório revelou um declínio nas quotas do trabalho em 65 de 110 países (cerca de 60%) ao longo das

duas últimas décadas, contrariamente ao pressuposto anterior, que postulava quotas de trabalho estáveis ao longo do tempo. Alguns países de grande dimensão, nomeadamente a Índia e os Estados Unidos da América, testemunharam declínios substanciais, de até cinco pontos percentuais, entre 1990 e 2008, o que resultou numa queda de dois pontos percentuais na quota do trabalho mundial média (PNUD, 2010, p. 77).

Essa ótica de avaliação mostra a importância da captação adequada dos rendimentos do capital através das pesquisas domiciliares. Se há uma tendência mundial de aumento dessa parcela na composição dos rendimentos, e ela se concentra entre os mais ricos, e esses são os que mais se escondem o bom senso poderia apontar para uma tendência crescente da subestimação da desigualdade.

Os ricos se escondem. Este é o título do terceiro volume do Atlas de Exclusão Social (POCHMANN, 2004). Segundo os autores, o Brasil é constituído de algumas “ilhas” de inclusão social rodeadas por um “mar revolto” de exclusões. Contrastando dados do Censo Demográfico (1980 e 2000), da PNAD (2001), da POF (1996) e de fontes tributárias de avaliação de rendas e de patrimônio, os autores constataam a verdade do título do livro.

Comparando as rendas apuradas pelo CENSO 2000 para o centil mais rico da distribuição de renda com os apurados pela PNAD 2001 os autores encontram que para quase todas as Unidades da Federação a renda apurada pelo CENSO é maior. Em Minas Gerais o CENSO captou 156% mais renda do que a PNAD. Em São Paulo 41% mais e apenas no Acre foi 8,6% menor.

Numa outra contrastação de dados para a renda do centil mais rico, do CENSO 1990 com registros administrativos encontraram que as rendas captadas pelo CENSO são maiores que as registradas em 20 das 27 Unidades da Federação. Mas por outro lado, nos estados de maior concentração de riqueza do país – SP e RJ estão entre os estados cujo registro administrativo tem maiores captação de renda do que o CENSO.

Estas discussões empíricas conferem com o raciocínio baseado no bom senso de que a grande vantagem do CENSO sobre a PNAD e a POF com relação ao estudo da desigualdade de renda consiste em sua super amostra. Com uma amostra significativamente maior, na ordem de 11,7% dos domicílios nacionais é bastante provável que os rendimentos da parcela mais rica da população, o centésimo mais rico seja proporcionalmente maior que nas duas pesquisas. Trata-se apenas de uma questão de estrato amostral. Quanto menor o número de indivíduos

num determinado estrato, maior o número da amostra necessária para tornar as estimativas estatisticamente significativas para estes indivíduos.

Rocha (2002) faz algumas sugestões para que as pesquisas domiciliares captem melhor o rendimento do capital, assim como os outros rendimentos que não do trabalho. A captação do rendimento do capital, segundo este trabalho, é reconhecidamente deficiente – mesmo quando o informante tem boa vontade para fornecer a informação. Outra sugestão daquele trabalho se refere à imputação do aluguel, que como já informado, não são incorporados no rendimento das famílias, divulgados pela PNAD. A propriedade do imóvel de residência pode afetar fortemente o bem-estar das famílias.

4 A MAGNITUDE DA DESIGUALDADE DE RENDA E SUA EVOLUÇÃO

Nesta seção serão inseridos gráficos e tabelas mostrando os números da desigualdade no Brasil em dois períodos. O primeiro período de 1960 a 1990, quando a desigualdade tem um crescimento muito acentuado. Neste período será também feito um exercício comparativo de 1960 a 2009, meio século de crescimento econômico depois. O segundo período corresponde ao período pós-estabilização de preços, a partir do Plano Real. Os números referentes ao CENSO 2010 não poderão ser mostrados por não terem sido ainda disponibilizados pelo IBGE.

4.1 50 ANOS ANTES

Os primeiros dados referentes à distribuição de renda das pessoas economicamente ativas datam de 1960. Em um trabalho de resgate desses dados Barros (1992) considera que apesar de entre 1960 e 1990 o PIB *per capita* do Brasil crescer 3% a.a., esse crescimento não se reverteu no benefício de todos - muito pelo contrário, a desigualdade de renda agravou-se muito. Os dados para 1960, 1970 e 1980 são provenientes do CENSO e para 1990 são provenientes da PNAD 1990. O Índice de Gini da distribuição de renda das pessoas economicamente ativas, com rendimento (PEA) elevou-se de 0,5 em 1960 para 0,61 em 1990, passando para 0,519 em 2009. Observa-se que meio século depois, o Brasil ainda possui uma desigualdade maior do que em 1960, após todo o crescimento econômico ocorrido. Observe-se que os números não são estritamente comparáveis por serem obtidos de duas fontes diversas e a tendência é que pelo CENSO 2010 as estimativas serão maiores do que na PNAD 2009.

A análise dos dados no período ilustrada pelo Gráfico 4.1 consiste na comparação da taxa de crescimento da renda em cada decil da distribuição da renda dos indivíduos, a cada década. Segunda sua investigação houve crescimento econômico de 2,2% nos anos 60, de 7% nos anos 70 e de -1,5% nos anos 80. Esse crescimento gerou incremento na renda média de todos os decis da distribuição da população economicamente ativa com renda positiva no período 1960-1990, mas com maior aumento para os 20% mais ricos. No período 1960-1970 houve crescimento também para os decis do extremo da distribuição, praticamente nulo

para o meio, e com maior aumento para os 20% mais ricos. Na década 1970-1980 houve um crescimento econômico expressivo e todas as classes se beneficiaram, nos extremos da distribuição houve maior crescimento que para os decis intermediários. Claramente a renda relativa da classe média do país foi achatada e alargou-se o fosso distributivo.

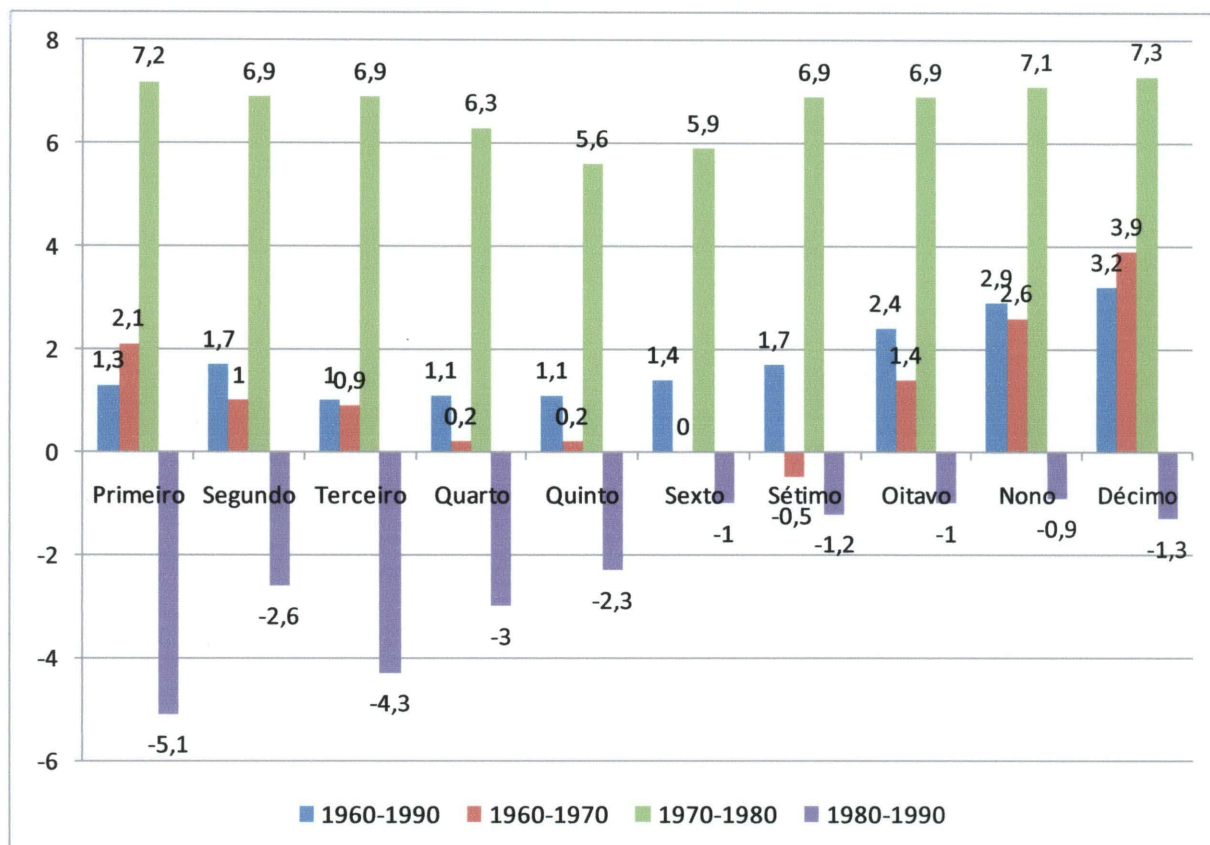


GRÁFICO 4.1 – Taxa de crescimento da renda a cada decil da distribuição da PEA.
FONTE: Barros (1992). Elaboração própria

A Tabela 4.1 apresenta a distribuição da renda da população economicamente ativa com rendimento positivo por decis, para os anos assinalados. Podemos observar que os 10% mais pobres tiveram perda na apropriação da renda total de mais 30% enquanto os 10% mais ricos tiveram sua parcela de apropriação aumentada em 22,8%. Se em 1960 a distribuição era muito desigual com os 10% mais ricos se apropriando de parcela (39,7%) consideravelmente maior que os 70% mais pobres (34,8%), em 1990 a situação consegue piorar. Neste ano os 10% mais ricos se apropriam de parcela (48,7%) apenas ligeiramente menor que a parcela (51,3%) dos 90% mais pobres.

TABELA 4.1 – DISTRIBUIÇÃO DA RENDA - PEA POR DECIS

	1960	1970	1980	1990	Varição 1990 rel 1960
Primeiro	1,17	1,16	1,18	0,81	-30,8%
Segundo	2,32	2,05	2,03	1,80	-22,4%
Terceiro	3,42	3,00	2,95	2,20	-35,7%
Quarto	4,65	3,81	3,57	3,04	-34,6%
Quinto	6,15	5,02	4,41	4,06	-34,0%
Sexto	7,66	6,17	5,58	5,47	-28,6%
Sétimo	9,41	7,21	7,17	7,35	-21,9%
Oitavo	10,85	9,95	9,88	10,32	-4,9%
Nono	14,69	15,15	15,36	16,27	10,8%
Décimo	39,66	46,47	47,89	48,69	22,8%

FONTE: Barros (1992).

O Gráfico 4.2 mostra as parcelas apropriadas pelos 50% mais pobres, pelos 40% intermediários e pelos 10% mais ricos. É bastante ilustrativo por si mesmo ao tornar visual a renda nacional se dirigindo para os 10% mais ricos nestes 30 anos.

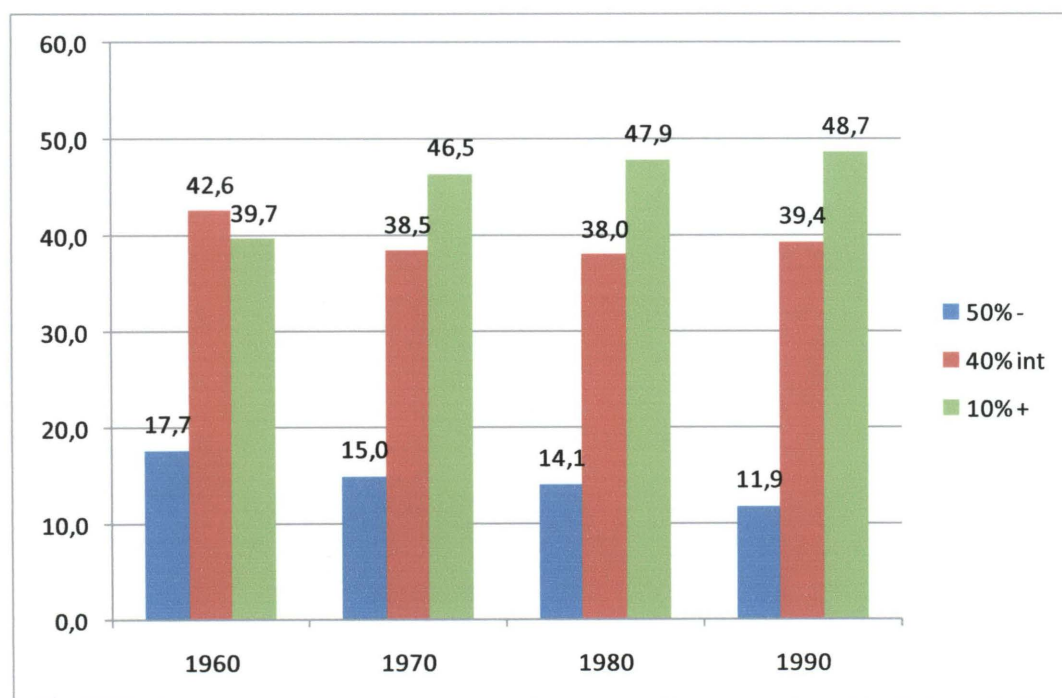


GRÁFICO 4.2 – Parcelas da renda apropriada pela PEA assinalada.

FONTE: Barros (1992). Elaboração própria.

O Gráfico 4.3 apresenta a curva de Lorenz para os dados da Tabela 1. Cabe lembrar que quando mais afastada da reta da igualdade absoluta, maior a

desigualdade. O formato das curvas diz muito do que aconteceu no período com a desigualdade de renda. A acentuada “barriga” que a curva relativa a 1990 aumentou em relação à curva relativa a 1960 mostra que a desigualdade cresceu muito nos decis intermediários. O aumento da declividade na parte da curva relativa aos 10% mais ricos mostra como aumentou muito a participação desse grupo na apropriação da renda.

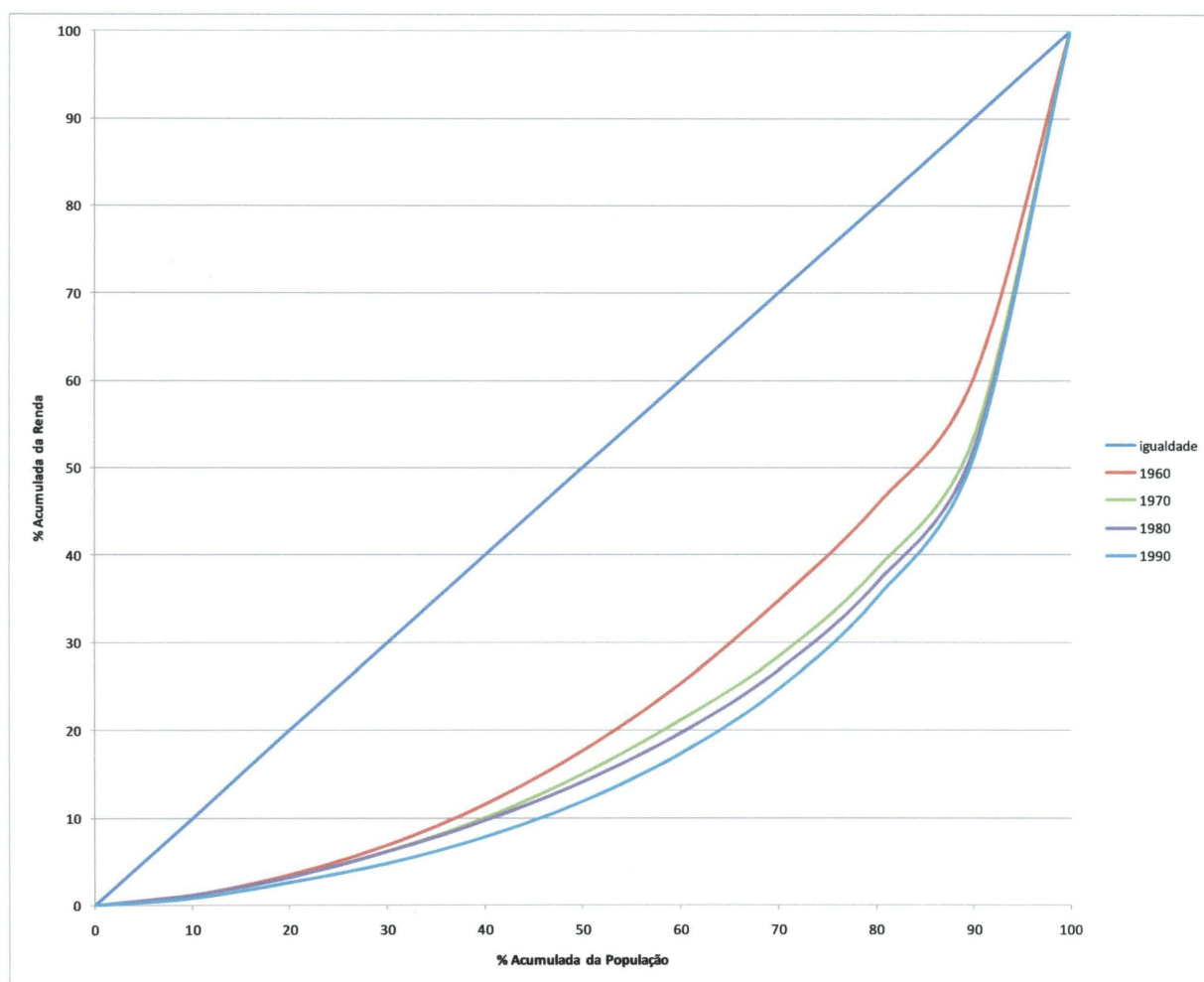


GRÁFICO 4.3 – Curva de Lorenz para os anos assinalados - PEA.
 FONTE: Barros (1992). Elaboração própria.

Os dados mostram a incrível piora da desigualdade do Brasil nesses 30 anos de forma muito clara. A análise dos fatores determinantes desse fenômeno foge ao escopo desse trabalho, mas passa certamente pela famosa “teoria do bolo” de Delfim Neto - crescer para depois distribuir.

Para fins de comparação de meio século da desigualdade no Brasil, o Gráfico 4.4 mostra as curvas de Lorenz para os anos 1960 e 2009 das distribuições do

rendimento das pessoas economicamente ativas, com rendimento. O Índice de Gini em 1960 (dados do CENSO) era de 0,5 e em 2009 era de 0,518 (dados da PNAD), maior - meio século de crescimento econômico depois. Se for considerado que as estimativas geradas pelo CENSO 2000 foram em torno de 6% maiores que as geradas pela PNAD 1999 e 2001 – como será visto na sexta seção - pode-se estimar para 2009 um valor do Índice de Gini de 0,549. Esta aproximação mostra que em 2009, a desigualdade da PEA está ainda cerca de 10% maior do que em 1960. Longe, portanto, de ser a mais baixa dos últimos 50 anos.

Podemos observar uma mudança no formato da curva. Em 2009 os 50% mais pobres passam a se apropriar de parcela da renda levemente superior enquanto a parcela apropriada pelos mais ricos é ainda substancialmente maior.

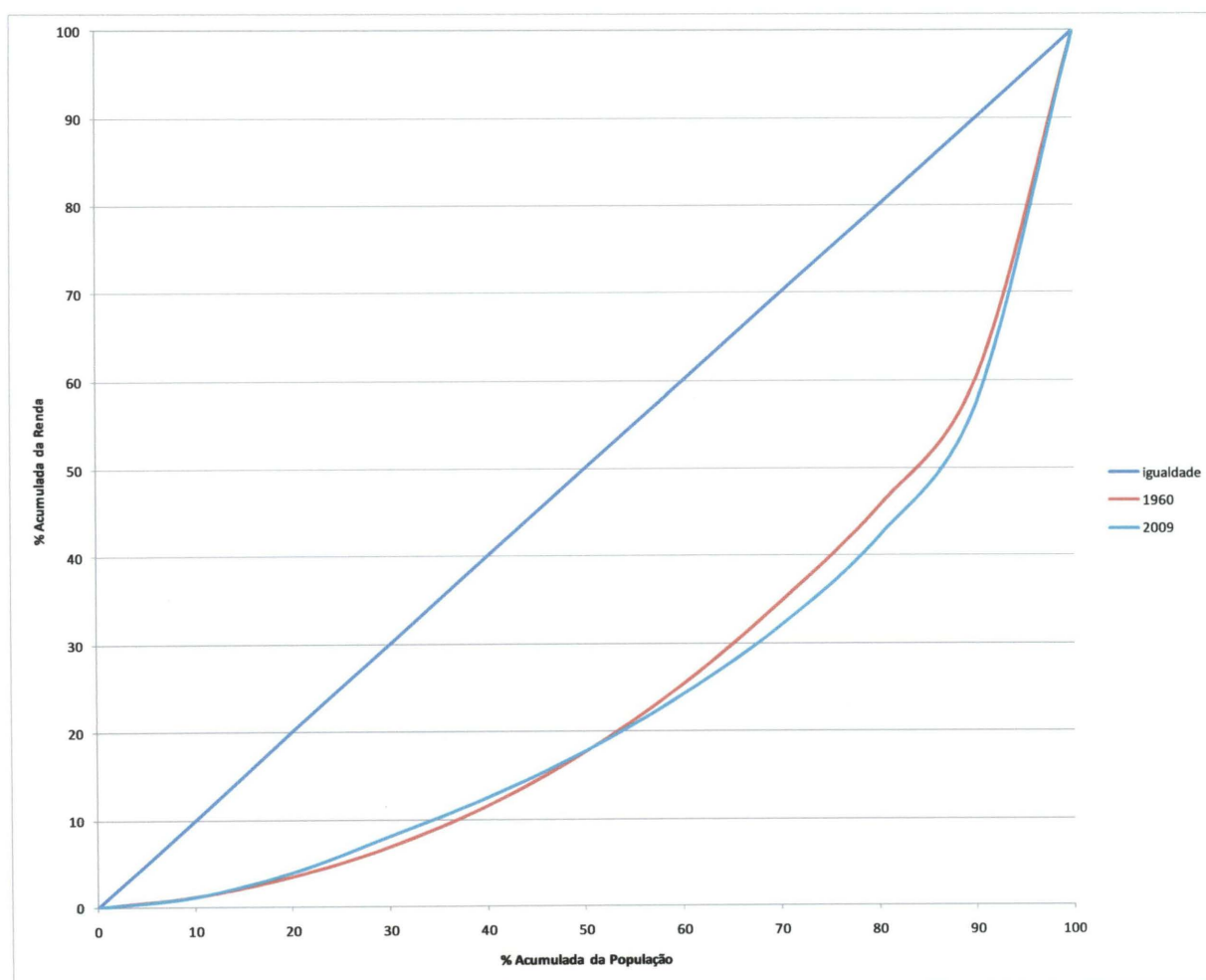


GRÁFICO 4.4 – Curva de Lorenz para as distribuições da PEA nos anos assinalados.

FONTE: Barros (1992) e IBGE (2010a).

O Gráfico 4.5 apresenta a proporção apropriada pelos 50% mais pobres em comparação aos 40% intermediários e os 10% mais ricos. Aqui podemos perceber que se há uma quase igualdade em termos de parcela apropriada pelos 50% mais pobres em 2009 e 1960, a parcela apropriada pelos 10% mais ricos ainda é maior – 42,6% da renda das pessoas economicamente ativas ficam em mãos de apenas 10% da população mais rica. Importante ainda frisar, que trata-se de comparação com estimativas geradas pelo CENSO de 1960 e pela PNAD 2009. Poderia, portanto, acontecer dos dados da desigualdade de 2009 serem em torno de 6% maior, se mantido o diferencial da estimativa gerada pelo CENSO 2000 em relação à PNAD 1999 e 2001.

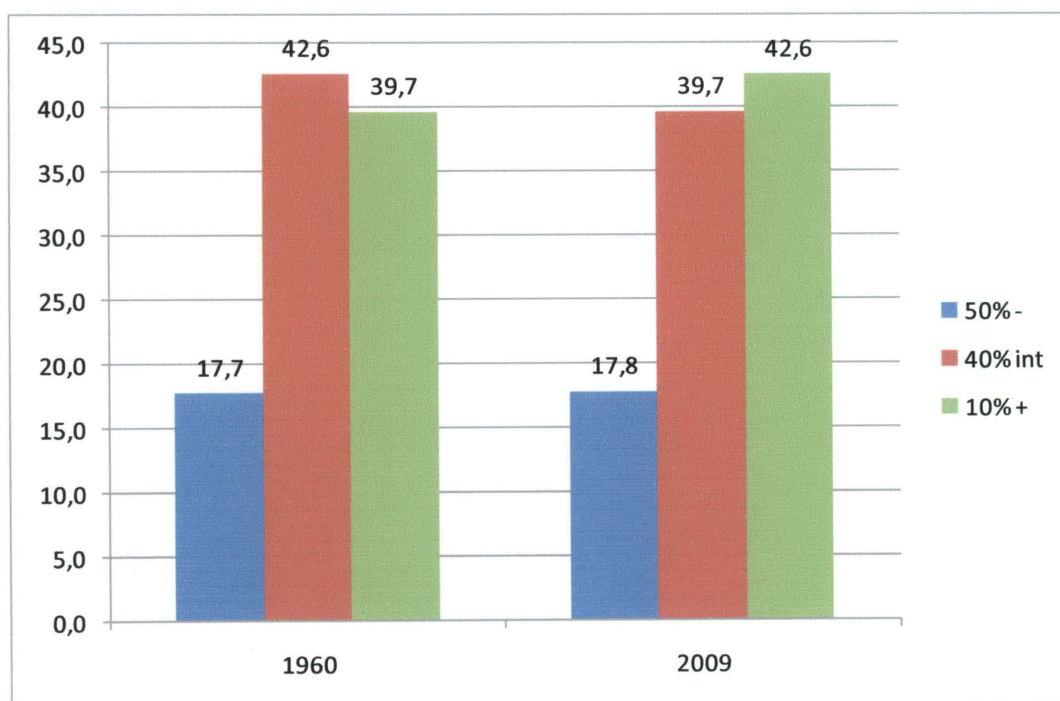


GRÁFICO 4.5 – Parcela de renda apropriada pela PEA assinalada.
 FONTE: Barros (1992) e IBGE (2010a).

4.2 DESIGUALDADE DE RENDA NO PERÍODO 1995-2009

Esta subseção iniciará mostrando o Índice de Gini para várias distribuições de renda: renda das pessoas em idade ativa, com rendimento (PIA); renda das pessoas economicamente ativas, com rendimento (PEA); renda dos domicílios, com rendimento e renda domiciliar *per capita* (RDPC). Pode-se observar no Gráfico 4.6 que todas as distribuições possuem a mesma tendência, de aumento ou queda.

Possivelmente a distribuição do rendimento das pessoas ocupadas é a determinante da tendência das outras distribuições. Apenas em 2001 ocorre um pequeno aumento, para após ocorrer uma queda sistemática do Índice de Gini de todas as distribuições.

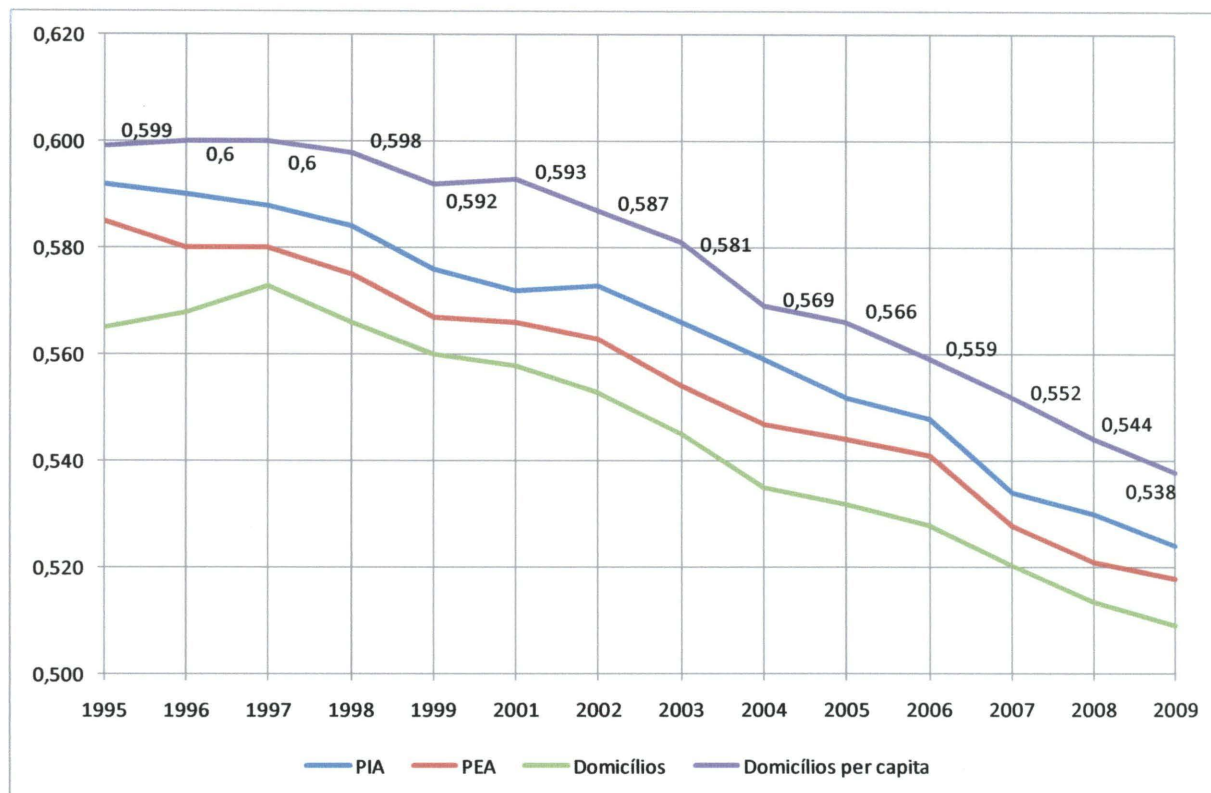


GRÁFICO 4.6 – Índice de Gini para diferentes distribuições.

FONTE: IBGE (20010a) e Barros et al. (2009) para Domicílios *per capita*. Elaboração própria.

Houve queda de 9,3% (1,2% a.a) no período 2009/2001 e queda de 10,2% (0,7% a.a) no período 2009/1995 para a distribuição de renda domiciliar *per capita*.

O Gráfico 4.7 mostra em escala dos valores possíveis do Índice de Gini a evolução desde 1995 da distribuição da RDPC. Pode-se verificar a pequena oscilação que na verdade ocorre na desigualdade quando observado numa escala mais real. Embora muito salutar essa mudança da tendência, pode-se notar que o caminho para uma sociedade mais justa (Índice de Gini entre 0,3 e 0,4) ainda é bastante longo.

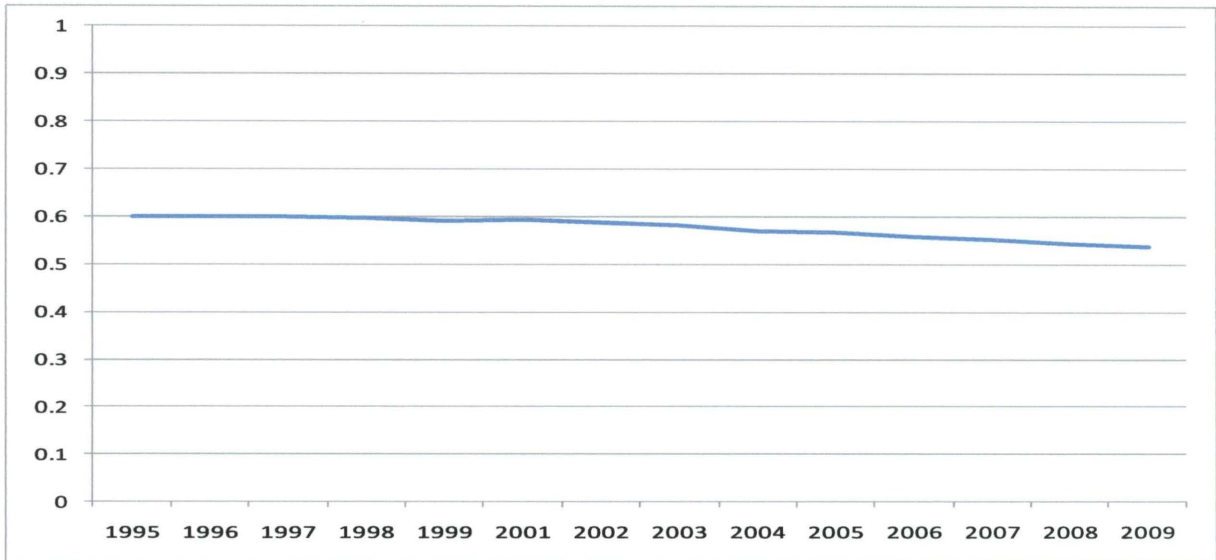


GRÁFICO 4.7 – Evolução do Índice de Gini da RDPC.
 FONTE: Barros et al. (2009). Elaboração própria.

O Gráfico 4.8 mostra a evolução das taxas de queda do Índice de Gini para a RDPC. Podemos observar que em 2004 quando houve um crescimento do PIB mais significativo do que vinha ocorrendo (5,7%) a taxa de queda do Índice de Gini é de 2,1%, também maior do que vinha ocorrendo. Todavia quando o próximo ano com crescimento mais substancial, em 2007 com 6,1%, a taxa de queda do Índice de Gini foi de apenas 1,3% em relação ao ano anterior.

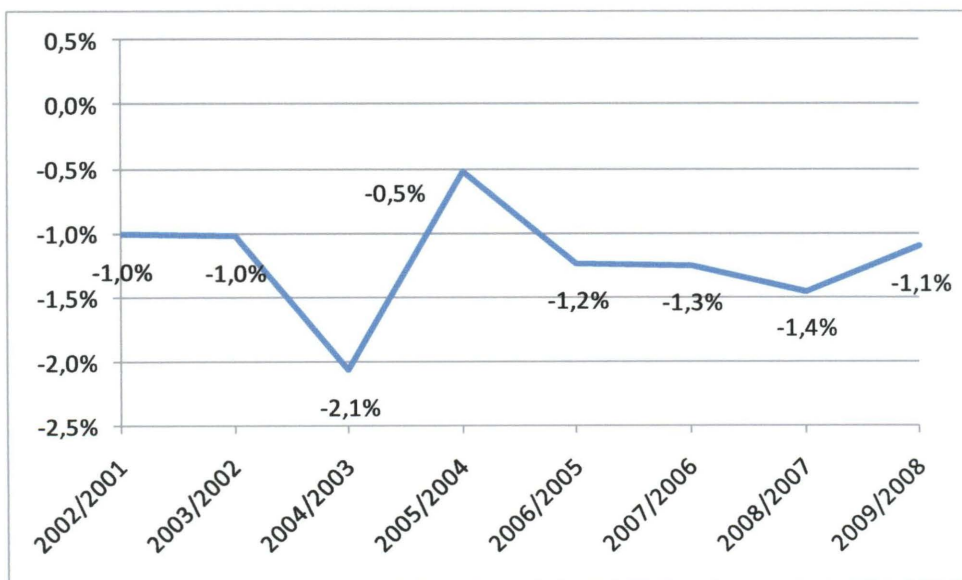


Gráfico 4.8 – A evolução da queda do Índice de Gini da RDPC.
 FONTE: Barros et al. (2009). Elaboração própria.

O Gráfico 4.9 mostra a curva de Lorenz para as distribuições da RDPC dos anos de 1995, 2003 e 2009. Pode-se observar no formato da curva que a queda da desigualdade está acontecendo de forma proporcional ao longo da distribuição. A curva vai se “envelopando” entre os anos.

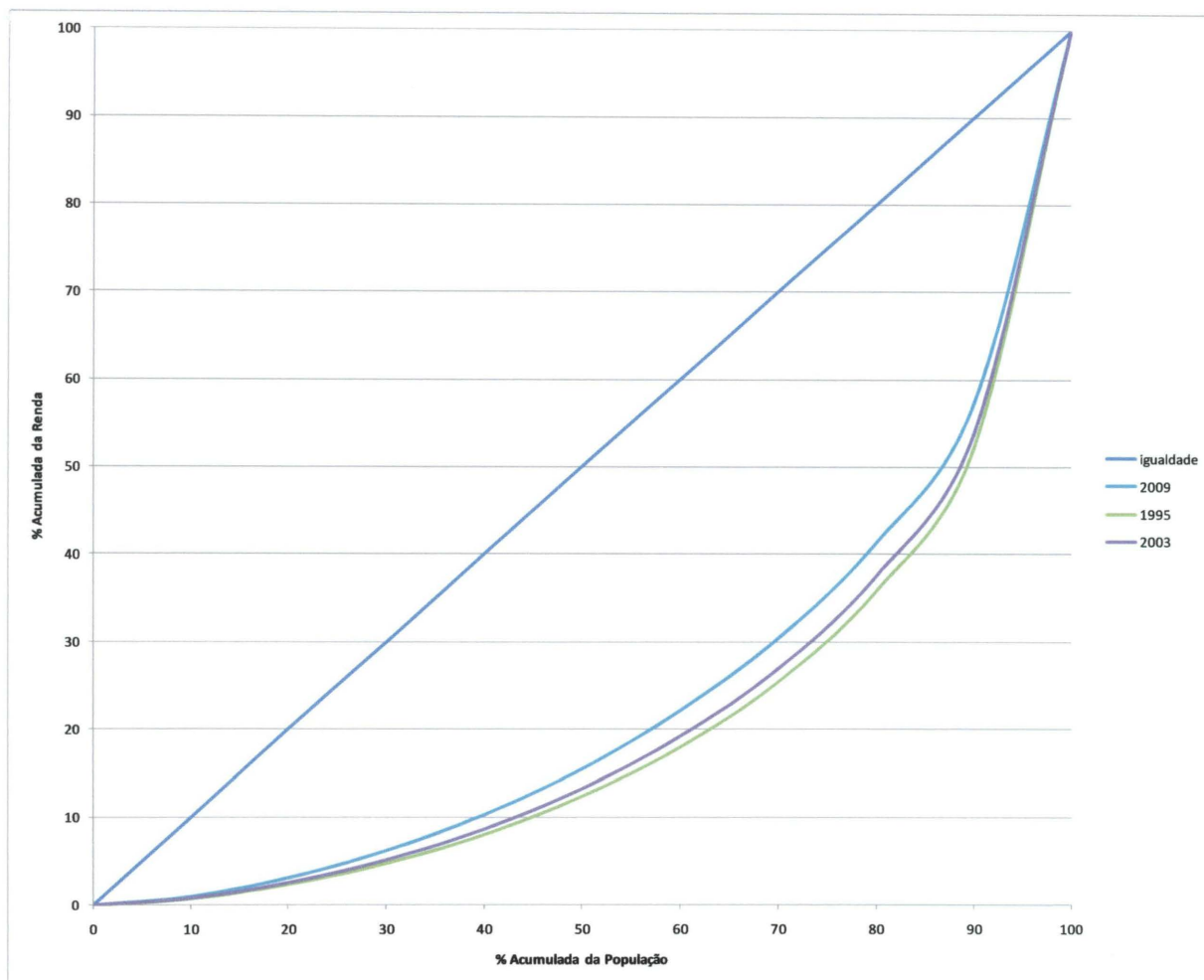


GRÁFICO 4.9 – Curva de Lorenz para a distribuição da RDPC.
FONTE: Barros et al. (2009). Elaboração própria.

O Gráfico 4.10 mostra a apropriação da RDPC para os 50% mais pobres, os 40% intermediários e para os 10% mais ricos para os anos assinalados. Pode-se observar a modificação da estrutura de repartição entre 1995 e 2009. Os 10% mais ricos perdem 10,6% da parcela de renda apropriada enquanto os 50% mais pobres se apropriam de uma parcela 25,5% maior em 2009 do que em 1995. Mesmo sendo ainda uma desigualdade muito grande, não se pode deixar de reconhecer o fato que a desigualdade de renda avaliada pelos dados da PNAD vem caindo sistematicamente desde 1995.

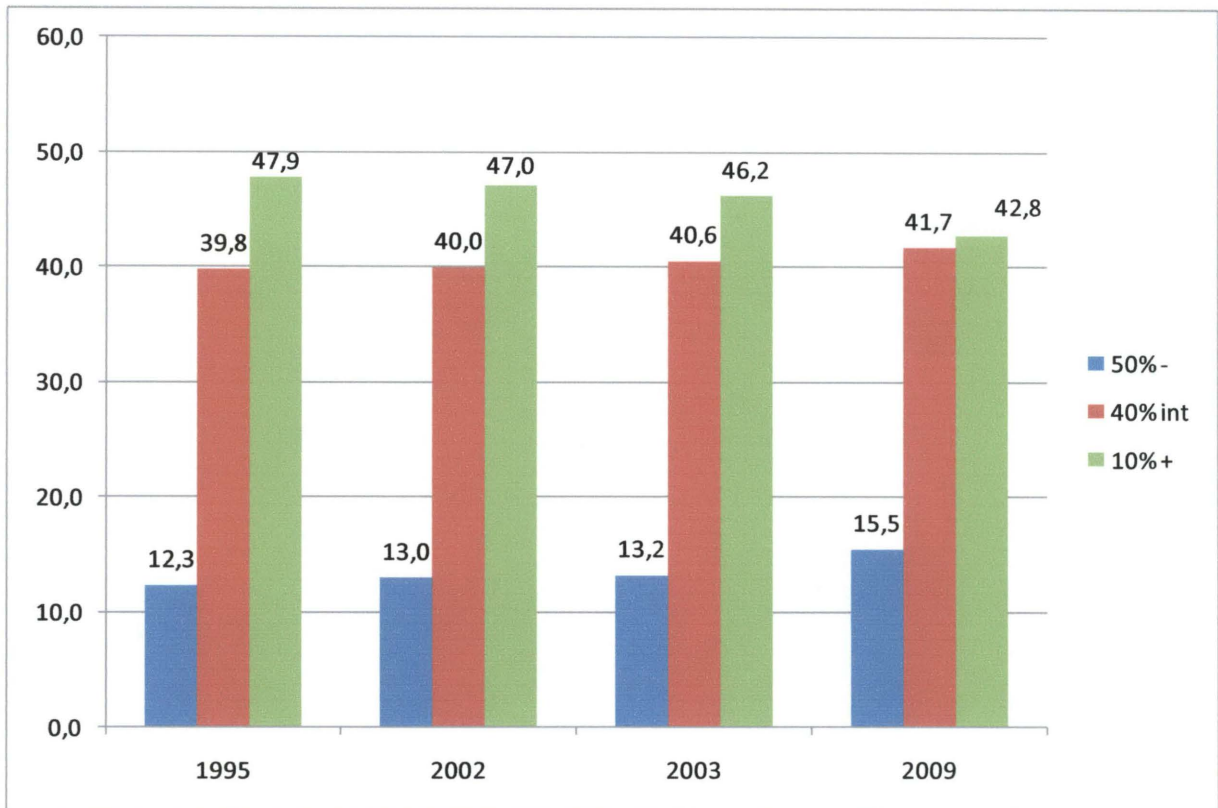


GRÁFICO 4.10 – Parcela de renda apropriada pela RDPC assinalada.
 FONTE: Barros (1992) e IBGE (2010a).

Com relação à renda mensal média para cada decil da distribuição da PEA, o Gráfico 4.11 ilustra com a profundidade da desigualdade. O décimo mais rico “flutua” acima dos outros decis da distribuição de forma a não poder ser visualizado na mesma figura a variação dos outros decis.

O Gráfico 4.12 irá contornar esse “problema” retirando o decil superior da distribuição para mostrar a evolução da renda mensal média dos decis mais pobres.

A partir desses gráficos pode-se observar que todos os decis tiveram queda em sua renda média de 1995 a 2003, passando a ter melhoria a partir de 2004 até 2009. Apesar da enorme diferença entre o decil superior e os outros, a renda média desse decil, de cerca de R\$ 4.700 reais (de setembro de 2009), não é uma renda nada exorbitante. Poderia o fato ser um indício da possível subdeclaração dos rendimentos da PNAD.

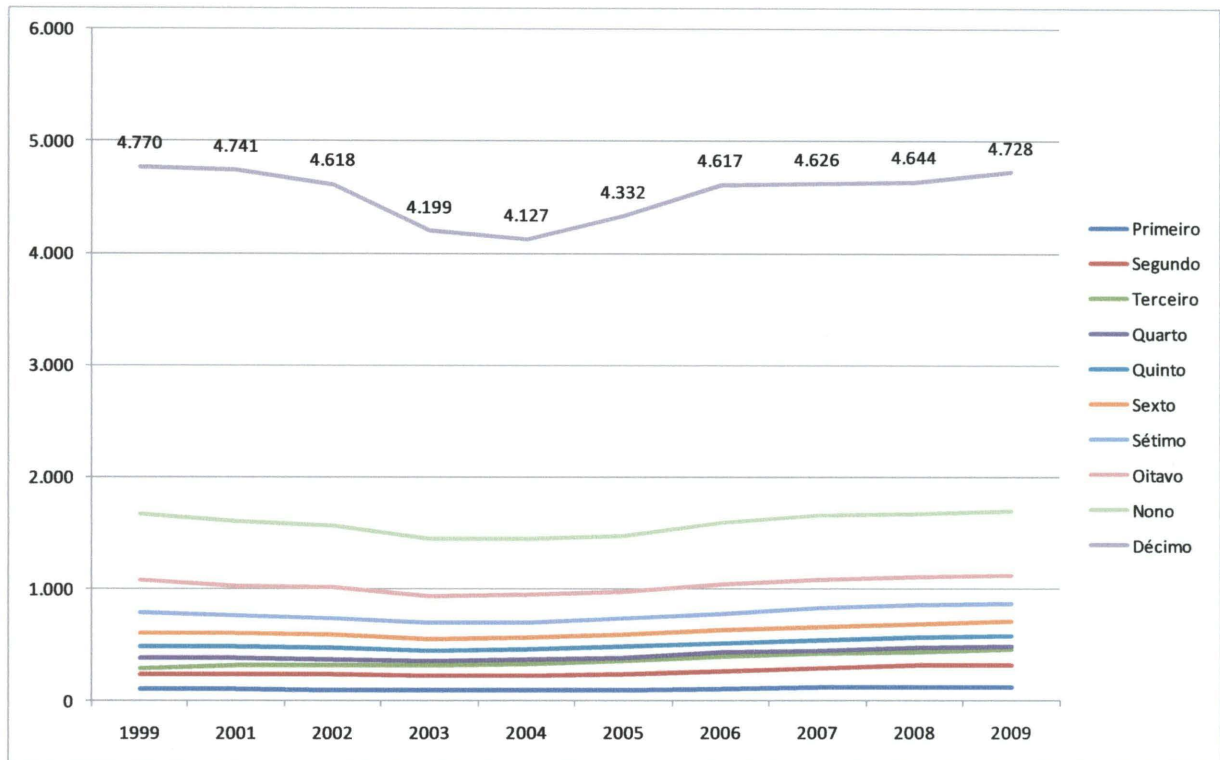


GRÁFICO 4.11 – Evolução do valor da renda média mensal da PEA, por decis.
 FONTE: IBGE (2010a). Elaboração própria.

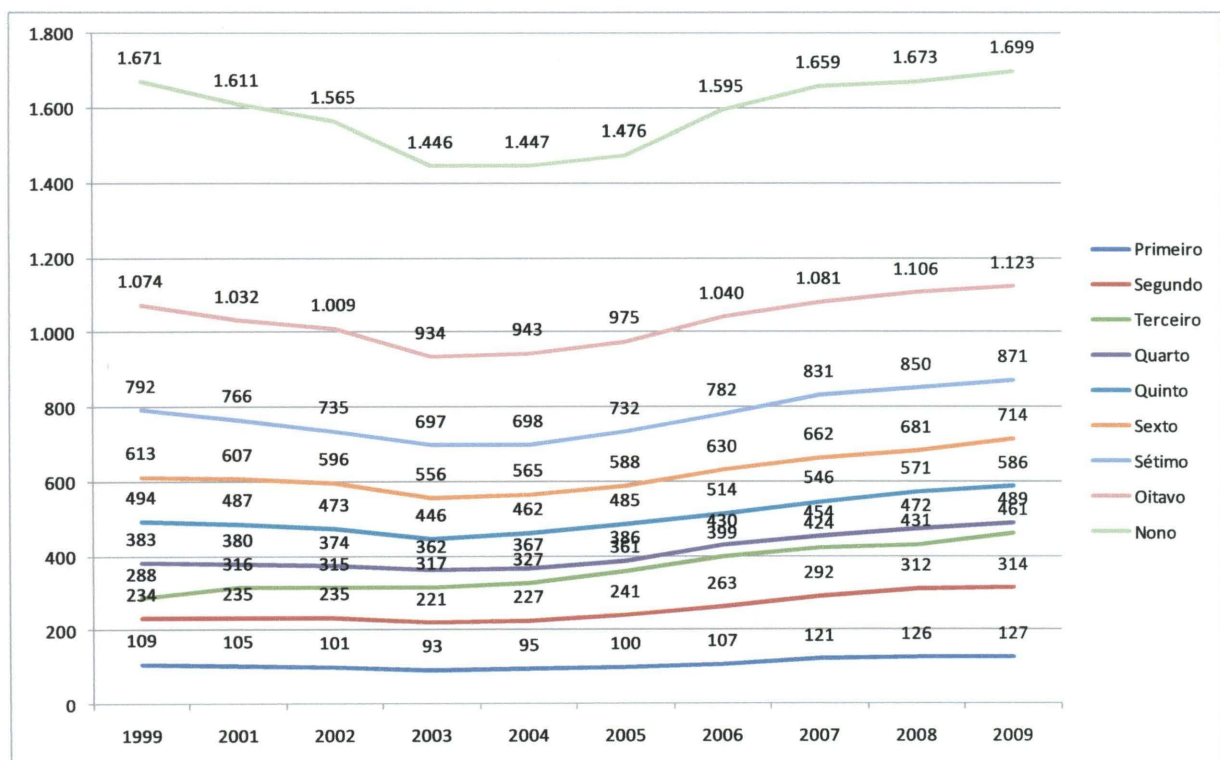


GRÁFICO 4.12 – Evolução do valor da renda média mensal da PEA, por decis,
 excluído o último decil.
 FONTE: IBGE (2010a). Elaboração própria.

Conforme mostra o Gráfico 4.13, a renda real média da PEA aumentou mais para os decis mais pobres, especialmente para o terceiro decil (41%) de 2004 a 2009. Para o decil mais rico o aumento foi menor (14,6%). Na renda média domiciliar o aumento foi também maior para os primeiros decis, exceto para o terceiro em relação ao quarto decil. Pode-se observar como com exceção dos três primeiros decis, a renda média teve um aumento muito similar nas duas distribuições. Ressalte-se também a variação superior da renda da PEA em relação à renda domiciliar média, assinalando a importância do mercado de mercado na queda da desigualdade do período.

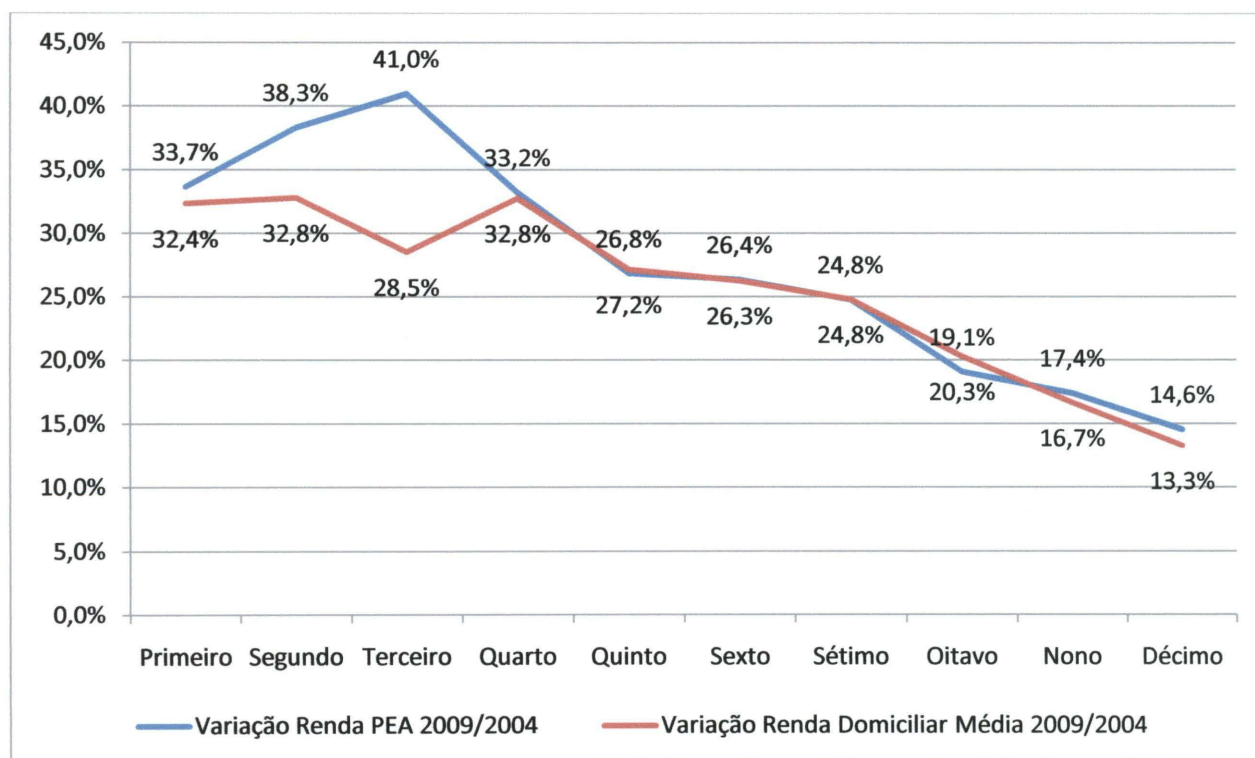


GRÁFICO 4.13 – Variação da renda média mensal da PEA dos domicílios entre 2004-2009 por decis.

FONTE: IBGE (2010a). Elaboração própria.

5 DETERMINANTES DA QUEDA DA DESIGUALDADE DE RENDA ENTRE 2001 E 2009

Esta seção objetiva uma revisão bibliográfica dos trabalhos que documentaram a queda da desigualdade de renda nesta década, a partir dos dados da PNAD, preocupando-se em quantificar seus determinantes. A exposição mantém a ordem cronológica das investigações.

A partir de 2006 começaram a surgir trabalhos analisando a queda expressiva da desigualdade exposta pela divulgação dos dados referentes à PNAD 2004. Neste ano, a queda do Índice de Gini alcançou o maior valor após a estabilização econômica de 1995. O índice registrou uma queda de 2,07% em relação ao ano anterior. O fato animou os pesquisadores preocupados com o tema da desigualdade e da pobreza no Brasil resultando em muitos trabalhos publicados a partir de 2006.

Em um dos primeiros trabalhos, Sergei Soares (SOARES, 2006) documenta a evolução da desigualdade de renda nas últimas três décadas e procura explicações para a queda principalmente entre 2001-2004. De forma bastante didática em todo o trabalho, analisa principalmente o impacto dos programas sociais e do mercado de trabalho sobre a desigualdade. Utiliza um método de decomposição do Índice de Gini para analisar o impacto das diferentes fontes de renda sobre a desigualdade. Neste método, utilizado por muitos outros trabalhos sobre o tema, o Índice pode ser decomposto em duas partes: uma relativa ao grau de concentração de cada componente da distribuição de renda utilizada e a outra referente ao peso de cada componente na renda total. Suas conclusões foram de que o mercado de trabalho foi o principal responsável pela queda do Índice de Gini, com cerca de $\frac{3}{4}$. Um fato interessante é que a parcela da renda *outros*, que como já foi citado na seção 2 inclui juros, dividendo e os programas sociais do governo, é campeão de desconcentração desde 1995 até 2004. Para um Índice de Gini em 1995 de 0,598, o índice de concentração da parcela era 0,788 (altamente concentrador) e passa para 0,159 em 2004 (Índice de Gini 0,569), contribuindo, portanto, para a queda do Índice de Gini. Esse fato revela que na verdade, o rendimento do capital está sendo muito mal captado por essa parcela, que em sua desconcentração mostra a atuação dos programas sociais inseridos no país desde 1995.

Hoffmann (2006) utilizando também métodos de decomposição das parcelas da renda encontrou que, no período 1998 a 2004, 28% da queda do Índice de Gini podem ser atribuída à parcela *outros*, que inclui os programas sociais como o Bolsa Família e que 65,5% dessa queda está relacionada ao mercado de trabalho. Para o período 2002-2004, 31,4% da queda podem ser atribuídos à parcela que inclui o Bolsa Família e 69% ao mercado de trabalho. Além da decomposição do Índice de Gini, este trabalho também decompõe o Índice de Mehran, mais sensível a modificações na cauda esquerda da distribuição de renda. Para a queda desse indicador os resultados são ainda mais notáveis com relação ao impacto dos programas sociais. Para o período 2002-2004, 39,2% da queda nesse índice seriam correspondentes ao impacto dos programas sociais sobre a desigualdade. Também nesse trabalho o movimento observado no quesito *outros* da PNAD se compreende como movimento de transferências sociais.

Soares *et al.* (2006) avaliam o impacto de alguns programas de transferências de renda focalizados para a redução da desigualdade de renda no período 1995-2004 e seu impacto sobre a pobreza. Através de uma metodologia própria separaram do componente *outros*, referente às rendas domiciliares captada pela PNAD, os benefícios transferidos através do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de outros programas sociais do que consideram *resíduo* do quesito. Esse resíduo seria a parcela referente ao rendimento do capital entre outros recebimentos das famílias. Através da decomposição do Índice de Gini, a exemplo dos trabalhos anteriores, obtiveram resultados que mostram que conjuntamente – o Bolsa Família e o BPC foram responsáveis por 28% da redução do Índice de Gini no período analisado – 7% para o BPC e 21% para o Bolsa-Família. Consideram ser uma contribuição muito grande visto que a renda oriunda desses programas compartilha com apenas 0,82% da renda total apropriada pelas famílias. Também encontraram que a contribuição de aposentadorias e pensões de valor igual a um salário mínimo é responsável por 32% da queda do Índice de Gini, tendo uma participação na renda total de 4,6%. A renda do trabalho contribuiu com 85% da queda. O único componente que foi concentrador, participando com menos 56% do total, foram as aposentadorias e pensões de valores acima de um salário mínimo.

Chama a atenção no trabalho sendo abordado, que até a parcela *resíduo*, que em tese conteria os rendimentos referentes à posse do capital, contribui de forma positiva, com 3%, para a queda da desigualdade de renda do período.

Barros *et al.* (2007) no capítulo 16 do livro lançado pelo IPEA em 2007 (IPEA, 2007) para tratar do fenômeno da queda da desigualdade, analisa os componentes da renda não derivada do trabalho. Para tanto desagrega a partir de metodologia própria os programas sociais e os rendimentos do capital que estão agregados no problemático quesito *outros* da PNAD, para o período 2001-2005. Empregando diversas metodologias e análises sobre os programas de transferências, ao final do estudo conclui que as transformações ocorridas nas rendas não derivadas do trabalho foram responsáveis por quase a metade da queda da desigualdade de renda do período, apesar dessas representarem apenas $\frac{1}{4}$ da renda das famílias. Entende que as transformações ocorreram pelo aumento da composição no total da renda das transferências e pensões. Esse impacto adveio menos da focalização dos programas sociais e mais da ampliação da cobertura. O percentual de pessoas em famílias que são beneficiados por esses programas passa de 42% para 52% no período. Conclui pela melhor distribuição da verba entre os programas sociais, pois o BPC tem menos impacto na redução da desigualdade do que o programa Bolsa Família.

Barros *et al.* (2007) no capítulo 12 do livro do IPEA voltam a estudar os determinantes imediatos da queda da desigualdade. Afirmam que sua metodologia de análise encontra mais participação da renda não derivada do trabalho na queda da desigualdade do que Hoffmann (2006) ou Soares (2006) por ser uma melhor metodologia. Através de exercícios contra factuais examina o impacto de transformações demográficas, ampliação das transferências governamentais e algumas mudanças no mercado de trabalho (expansão da ocupação, melhor distribuição da renda do trabalho). Seus resultados encontram novamente que as rendas não derivadas do trabalho são responsáveis por entre 42% e 48% da queda da desigualdade no período 2001-2005 e cerca de 32% a 46% são devidos a melhoria na distribuição da renda do trabalho por trabalhador. A mudança demográfica e mudança na taxa de ocupação tiveram participação entre 5% e 8%.

Ao analisar as mudanças ocorridas na distribuição de renda de 2001 a 2007, Barros *et al.* (2010) concluem que cerca de 60% da redução da desigualdade utilizando o Índice de Gini se deve a fatores no mercado de trabalho e cerca de 40%

a alterações ocorridas na renda do não trabalho. Para medidas de desigualdades mais sensíveis aos rendimentos dos pobres, no entanto, a razão se inverte.

Em artigo na Revista Economia e Sociedade, da Unicamp, Hoffmann (2009) analisa novamente a contribuição das diferentes parcelas da renda domiciliar para a queda da desigualdade. Utilizando os dados da PNAD de 2001 a 2007 investiga a progressividade ou regressividade de cada parcela. Uma parcela seria progressiva se a distribuição da renda referente à mesma tem um grau de concentração menor que o Índice de Gini. Similarmente, regressiva seria a parcela que contribui para o aumento do Índice de Gini, por ter um grau de concentração maior que o mesmo num determinado ano. Para a avaliação de sua progressividade ou regressividade no período é necessário avaliar também se determinada parcela tem sua composição alterada na participação da renda total. Uma parcela regressiva pode contribuir de forma positiva para a queda do Índice de Gini, se tem perda percentual na composição da renda total ao longo do período. Assim são analisados dois efeitos: o *efeito-concentração* e o *efeito-composição* na redução do Índice de Gini.

Nesse artigo o autor se preocupa em avaliar a participação dos funcionários públicos, ativos e inativos, no grau de concentração da distribuição de renda domiciliar. Seus resultados indicam que 50% da redução do Índice de Gini foram devido às modificações no rendimento de salários no setor privado. Conclui ainda que as aposentadorias e pensões oficiais possuem caráter regressivo.

Considerando tanto o setor privado como o público, seus resultados indicam que o mercado de trabalho tem a maior participação, 59,8% na redução do Índice de Gini no período 2001-2007. Aposentarias e pensões seguem com 18,8% e a parcela *Juros, Bolsa-Família e outros* contribuem com a redução em 19,0%.

Apesar da reduzida participação da parcela *Juros, Bolsa Família e outros* que passa de 0,91% para 1,72% na composição do total da renda, esta parcela vai se desconcentrando de 0,5394 em 2001 passa para 0,0910 em 2007 refletindo a expansão dos programas sociais no Brasil. São estes dois efeitos juntos que resultam na contribuição alta (19,04%) desta parcela para a redução da desigualdade.

A análise dessa parcela mostra como realmente o quesito juros e dividendos, ou seja, a remuneração pela posse do capital não está sendo adequadamente capturada na pesquisa da PNAD junto ao Bolsa Família.

O Comunicado IPEA número 63 de outubro de 2010 (IPEA, 2010) e a Nota Técnica também do IPEA, por Sergei Soares (IPEA, 2010a) são os mais recentes trabalhos que analisam os dados revelados pela PNAD no período 1995-2009. Segundo o Comunicado, de 2001 a 2008 o Índice de Gini caiu em média 0,7 (x100) pontos ao ano. De 2008 a 2009 essa redução se reduz para 0,54 (x100) pontos – mas pode ser explicada pelo impacto da crise financeira de 2008 sobre o mercado de trabalho.

Segundo a Nota Técnica, o mercado de trabalho já vinha se desconcentrando desde 1997. Entre as causas estariam questões demográficas, melhoria educacional e valorização do salário mínimo. Os efeitos progressivos da mudança da renda do trabalho vinham sendo mascarados pelo efeito regressivo da previdência.

Nos dois trabalhos é utilizada a metodologia da decomposição das parcelas do Índice de Gini aliada às metodologias de extração de parcelas de interesse dos dados da PNAD. A avaliação se centra na evolução das parcelas:

- Rendas do trabalho indexado ao salário mínimo
- Demais rendas do trabalho
- Rendas da previdência indexada ao salário mínimo
- Outras rendas da previdência
- Rendas dos programas sociais focalizados (Benefício de Prestação Continuada e Bolsa-Família)
- Demais rendas (incluso a parcela de renda do capital)

Os dois trabalhos apresentam resultados com pequenas diferenças. Serão expostos aqui os resultados apresentados nas conclusões da Nota Técnica (IPEA, 2010a) por serem um pouco mais recentes e por ter um caráter de correção da assimetria entre os estudos realizados até então. Como os números foram apresentados em forma de painéis gráficos - não sendo possível apreender os detalhes envolvidos, a exposição segue o estilo generalizado dos trabalhos citados.

O mercado de trabalho tem a maior participação – dois terços - como fator responsável pela queda do Índice de Gini no período 1995-2009. Destes, quase um quarto se deve ao salário mínimo, que se mostra importante em seus efeitos distributivos. Os outros três quartos se devem a fatores do mercado de trabalho que

não o piso salarial. Os programas de transferência de renda focalizados seriam responsáveis pelo outro terço da explicação da redução da desigualdade.

A Tabela 5.1 mostra uma síntese dos resultados aqui expostos.

TABELA 5.1 – SÍNTESE DOS DETERMINANTES DA QUEDA DA DESIGUALDADE

Título	Referência	Período	Determinantes						Demografia	
			Mercado de Trabalho	Não trabalho	Programas de transferência	Outras	Pensões e aposentadorias oficiais até 1 SM	Pensões e aposentadorias acima de 1 SM		Aposentadorias e pensões
Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001-2004	SOARES, 2006	2004-2006	3/4		1/4					
Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004	HOFFMANN, 2006	1998-2004	65.5%		28%					
Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004	HOFFMANN, 2006	2002-2004	69%		31.4%					
Programas de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade	SOARES <i>et al.</i> , 2006	1995-2004	85%		28%		32%	- 56%		
O Papel das Transferências Públicas na Queda Recente da Desigualdade de Renda Brasileira	Barros <i>et al.</i> , 2006	2001-2005		50%						
Determinantes Imediatos da Queda da Desigualdade de Renda Brasileira	Barros <i>et al.</i> , 2006	2001-2005	32 a 46%	42 a 48%						5 a 8%
Determinantes da Queda na Desigualdade de Renda do Brasil	Barros <i>et al.</i> , 2010	2001-2007	60%	40%						
Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita	HOFFMANN, 2009	2001-2007	59.80%		19.04%				18.79%	
A Distribuição dos Rendimentos do Trabalho e a Queda da Desigualdade de 1995 a 2009	IPEA, 2010a	2001-2009	63%		1/3	8%				
A Distribuição dos Rendimentos do Trabalho e a Queda da Desigualdade de 1995 a 2009	IPEA, 2010a	1995-2009	2/3 sendo 21% salário mínimo		1/3					

FONTE: Trabalhos citados. Elaboração própria.

Finalizando a seção pode-se concluir que embora haja diferenças nas análises dos pesquisadores, todos levam à preponderância do mercado de trabalho como fator determinante da redução da desigualdade de renda. Os programas sociais focalizados também foram importantes para essa redução, embora de maneira menos expressiva do que se acreditou no início das investigações.

6 RELEVÂNCIA DA QUEDA DA DESIGUALDADE NO PERÍODO 2001-2009

Como exposto ao longo do trabalho, o Índice de Gini no período 2001-2009 caiu 9,13% ou 0,055 (x100) pontos. Em termos anuais o número corresponde a uma queda de 1,12% a.a. ou 0,7 (x100) a.a..

Os determinantes dessa queda diferem em algum grau entre os pesquisadores, mas há consenso de que as alterações ocorridas no mercado de trabalho foram preponderantes para a redução da desigualdade. Importantes também foram os programas de transferências sociais implementados pelo governo desde 1995 e acentuados a partir de 2003.

Permanece em debate a questão da relevância dessa queda. Um aspecto dessa questão envolve a significância estatística dessa redução. O trabalho de Azevedo (2007) - capítulo quatro do livro do IPEA lançado em 2007 para avaliar a queda da desigualdade de renda, trata desse assunto. Utilizando dados da PNAD de 2001 a 2005, levando em conta o complexo desenho amostral da pesquisa, analisa os decis da Curva de Lorenz e o Índice de Gini para os anos de 2001, 2004 e 2005. Seus resultados o levam a concluir que a redução do Índice de Gini e a apropriação da renda acumulada para os decis são estatisticamente significante a cada período, exceto para o primeiro decil. Analisa a seguir as diferenças entre as curvas de Lorenz nos períodos 2001-2004 e 2001-2005 para cada centil da população acumulada. Os resultados mostram que as curvas são estatisticamente diferentes a partir do 40° centil – o que o levam a sugerir que a diminuição da renda dos 60% mais ricos foi o que determinou a redução da desigualdade no período. Esta revisão bibliográfica não tem conhecimento de outros trabalhos que tenham feito essa análise para o período mais recente, até 2009.

O segundo aspecto se refere à sua magnitude – se seria suficiente, e em quanto tempo, para reverter a posição de destaque do Brasil diante das outras nações pela sua exuberante iniquidade. Este aspecto é investigado por Soares (SOARES, 2010) para o período 2001-2006 sob duas óticas. Uma é a comparação da intensidade da queda do Índice de Gini de 0,7 (x100) pontos ao ano com a intensidade da queda de alguns países ricos enquanto estes, no passado, construíram seu sistema de bem-estar social. Sob esta ótica suas conclusões são de que a intensidade da queda é adequada se esta for mantida por mais duas ou três décadas. Outra ótica trata de comparações internacionais contemporâneas,

utilizando para tanto o conceito de distribuição de renda primária, acrescida das transferências governamentais. Nesse sentido suas conclusões são de que se mantido esse ritmo de queda o Brasil atingirá os patamares da desigualdade: do México em seis anos; dos Estados Unidos em 12 anos e do Canadá em 24 anos. Este é um cenário bastante animador para aqueles preocupados com a imensa e histórica desigualdade de renda do Brasil.

Um terceiro aspecto consiste em avaliar se o grau de subestimação da renda obtida através das pesquisas domiciliares do Brasil, especialmente a PNAD, não estaria superestimando e supervalorizando a queda da desigualdade recente. Alguns poucos trabalhos trataram especificamente deste assunto, mas há um sentimento generalizado de que a desigualdade de renda estimada através dos dados da PNAD, na realidade, é uma estimativa da desigualdade de renda no trabalho.

O objetivo desta seção é encontrar - nestes trabalhos, resultados, argumentos, movimentos e linhas de raciocínio que possibilite formar um quadro mais geral do problema da subestimação. O foco estará em procurar resposta para a questão principal: Está ocorrendo uma falsa estimativa de queda da desigualdade de renda no Brasil?

Para tentar responder a esta questão em primeiro lugar será introduzido os trabalhos que estimaram a desigualdade de renda, e de consumo, através dos dados da POF 2002-2003 e da POF 2007-2008 para confrontar com as estimativas obtidas através dos dados da PNAD mais próxima.

Em seguida será exposta a estimativa da desigualdade de renda obtida pelo CENSO 2000 também em confronto com as estimativas obtidas pela PNAD de 1999 e 2001. Serão discutidas as possíveis causas das diferentes estimativas encontradas.

Os montantes de renda capturada pela POF 2002-2003 e pela PNAD 2003 serão comparados com o Sistema de Contas Nacionais (SCN), para verificar o grau de subestimação que existe entre as duas bases de informações.

Outra discussão consistirá da análise da evolução temporal da composição da renda total captada pela PNAD, objetivando observar se movimentos nessa composição poderiam introduzir subestimação de forma desproporcional na distribuição da renda.

6.1 PNAD VERSUS POF

A comparação entre as duas pesquisas se dará nos seguintes aspectos: montante da renda capturada, composição da renda e Índice de Gini da desigualdade da distribuição da renda familiar *per capita*. Também será relevante confrontar os Índices de Gini da distribuição da renda da POF com os Índices de Gini da distribuição do consumo familiar *per capita*.

A partir do trabalho de Hoffmann (2010) constata-se que a renda total captada pela POF 2008-2009 é 40% maior do que na PNAD 2008 e 36% maior do que na PNAD 2009. Se considerada a renda captada pela POF excluindo-se os rendimentos não monetários e a variação patrimonial estes números são 16% maior do que a da PNAD 2008 e 13% maior que a da PNAD 2009.

Através do trabalho de Diniz *et al.* (2007) constata-se que o montante de renda captada pela POF 2002-2003 foi 39% superior ao da PNAD 2002 e 48% superior ao da PNAD 2003. Excluindo a renda não monetária (mas mantendo a variação patrimonial que nesta pesquisa não era desagregada da renda monetária) essas diferenças passam respectivamente para 19% e 27% a maior para a POF.

Esses resultados são coerentes com o exposto anteriormente, na seção 2 deste trabalho, de que a POF possui capacidade para aferir mais renda do que a PNAD, pelas próprias características das pesquisas.

Com relação à composição das parcelas de renda na renda total, observa-se que na POF 2002-2003 a composição do rendimento monetário se divide em 90% rendimentos do trabalho mais transferências e 10% em outros (aluguéis 2% e 8% outros). Nas PNAD de 2002 e 2003 a parcela referente a rendimentos do trabalho mais transferências participa com 97% do total da renda, apenas 3% são outras rendas (2% aluguéis e 1% outras). Em confronto com os dados da PNAD, o quesito *outros* na POF capta 8 vezes mais renda. (DINIZ *et al.*, 2007).

A mesma composição dos rendimentos monetários para a POF 2008-2009 mostra 91% relativo aos rendimentos do trabalho mais transferências e 9% relativos a outros. Quanto a PNAD, embora não haja essa informação nos textos consultados, provavelmente manteve uma proporção próxima. A informação para 2007 (HOFFMANN, 2009) mostra em torno de 97% para rendimentos de trabalho mais transferências e 3% para aluguéis mais *outros*, refletindo um aumento nos programas sociais (de 0,9% em 2001 para 1,7% em 2007) e uma participação em

queda da parcela dos aluguéis (de 1,9% em 2001 para 1,4% em 2007). Essas observações são relevantes para mostrar que a renda do capital, mal captada na PNAD vai se tornando ainda mais rara. Estarão as rendas relativas ao aluguel sendo subdeclaradas ou este é um movimento que reflete a realidade? Na confrontação da PNAD com o SCN ainda nesta seção este detalhe será mais bem analisado.

Se considerada a renda não monetária (que inclui o aluguel imputado) as participações de todas as parcelas se retraem para ceder espaço para uma renda considerável que consiste principalmente na imputação do aluguel do domicílio do morador, o qual não era alugado. Na POF 2002-2003 essa parcela correspondeu a 14,4% de todas as rendas e em 2008-2009 correspondeu a 12,77%. (HOFFMANN, 2009 e DINIZ *et al.* 2007). Esse rendimento beneficia principalmente a população mais carente. A parcela de renda dos mais pobres na POF advinda desses rendimentos começa em 32,7% para a classe mais pobre e termina em 10,2% da renda total da classe mais rica (IBGE, 2004, Tabela 2.1.1). Na POF 2008-2009 a parcela corresponde a 25,8% da renda total dos mais pobres e a 6,7% dos mais abastados. (IBGE, 2010a, Tabela 2.1.1).

Por outro lado, como a pesquisa capta a variação patrimonial, esta tende a ser mais expressiva nos decis mais ricos. Analisando a despesa da POF 2002-2003 constata-se que a variação patrimonial para a população na classe menos favorecida se situou em 1,6% da sua despesa, enquanto para os mais abastados essa despesa se situou em 6,18% do total (IBGE, 2004, Tabela 1.1.2). De forma similar, para a POF 2008-2009 a despesa com a variação patrimonial se distribui de forma crescente da classe mais pobre (1,3%) para a mais abastada (8,1%). Como a última pesquisa apresenta o rendimento da variação patrimonial de forma desagregada do rendimento monetário, é possível constatar que em termos de rendimento a variação patrimonial corresponde a 0,7% nas classes mais pobres e a 9,9% nas classes mais ricas.

Todas essas diferenças levam a uma estimativa maior de desigualdade do que a estimada através da PNAD. O Índice de Gini da distribuição da renda é 3,31% maior na POF do que na PNAD 2008 e 4,08% maior na POF do que na PNAD 2009. Com relação à POF 2002-2003, o Índice de Gini estimado foi 0,68% maior do que na PNAD 2002 e 1,72% maior do que na PNAD 2003. Observa-se, portanto, um expressivo aumento dessas diferenças entre as duas estimadas pela POF.

Entre 2003 e 2009 o Índice de Gini medido pela PNAD teve uma queda de 4,2% contra 5,08% entre as estimadas pela POF. Esses números correspondem a uma queda anual de 0,85% entre as da POF, bem menor do que os 1,3% a.a. de queda estimada por meio da base de informação gerada pela PNAD.

Chama a atenção o fato de apesar de a POF gerar uma base de dados com maior participação de outros rendimentos que não do trabalho ou das transferências, não consegue mostrar uma redução tão robusta na desigualdade quanto mostram os números da PNAD. Outra observação é quanto ao fato da diferença do Índice de Gini entre as duas bases ter crescido de forma considerável. A diferença mais do que dobrou entre a POF 2002-2003 / PNAD 2003 e POF 2008-2009 / PNAD 2009. Isso pode ser um indício de que a POF está captando um rendimento do capital crescente.

Como já discutido na seção 3.3, que trata do problema da subdeclaração dos rendimentos em pesquisas domiciliares, quando se pesquisa o consumo das famílias, chega-se a uma aproximação de seu rendimento de forma mais natural. Os indicadores de desigualdade medidos através do consumo deveriam, portanto, serem mais próximos da realidade que os mensurados através da declaração de rendimentos. O Índice de Gini da distribuição das despesas per capita das famílias na POF 2002-2003 é menor que o correspondente aos rendimentos (0,559 contra 0,591) e na POF 2008-2009 também é menor (0,553 contra 0,561). Ou seja, o Índice de Gini dos rendimentos é 5,5% maior que os das despesas em 2002-2003 e apenas 1,4% maior em 2008-2009.

Uma fonte de preocupação se refere ao fato do Índice de Gini das despesas entre as duas pesquisas da POF ter caído bem menos que seu correspondente em rendimentos. O indicador teve uma redução de apenas 1,07% (contra 5,08% nos rendimentos). Mais preocupante é o fato observado nos resultados de Hoffmann (2010) para as regiões rurais e urbanas. O indicador teve aumento na área rural e não queda.

Ainda mais, para indicadores relativamente mais sensíveis às modificações na cauda direita da distribuição como o *T* de Theil o indicador para a distribuição da renda mostra uma queda bem menos robusta que o Índice de Gini e para a distribuição das despesas mostra-se inalterado para o Brasil, cresce levemente para as áreas urbanas e cresce substancialmente para as áreas rurais. (HOFFMANN, 2010).

Uma última observação a respeito dos dados de Hoffmann (2010) para a POF 2008-2009. Utilizando novamente o método da decomposição do Índice de Gini em parcelas possíveis para serem analisadas sua progressividade (ajuda a baixar o Índice de Gini) ou sua regressividade (contribui para aumentar o Índice) mostra que a parcela de rendimento não monetário é progressiva, coerente com o fato de conter rendas que favorecem mais a cauda esquerda da distribuição. A parcela referente à renda de aluguéis é regressiva assim como os rendimentos do trabalho e as aposentadorias e pensões. O único componente fortemente progressivo são as transferências de programas sociais.

Em uma análise de confronto dos dados da PNAD 2003 com os da POF 2002-2003, Barros *et al.* (2007) chegam a conclusões diferentes. Avaliam que o Índice de Gini da distribuição dos rendimentos domiciliares *per capita* é idêntico e que se houver algum problema resultante da subdeclaração este estaria superestimando a desigualdade e não o contrário.

Para estes pesquisadores, como já exposto na seção 3.3, o problema da subdeclaração não afeta a medida da desigualdade em si se esta subdeclaração é repartida de forma proporcional ao longo da distribuição. Avaliam que tradicionalmente se considera que a subdeclaração envolve mais os rendimentos de ativos, que estão concentrados à direita da distribuição, mas que rendimentos não monetários subdeclarados podem estar pesando do lado esquerdo da distribuição e que a resultante desses impactos só poderia ser conhecida de forma empírica.

Apesar de terem apresentado dados mostrando que a participação da renda das famílias com o aluguel imputado na POF é maior nas famílias mais pobres (20,8%) e menor nas mais ricas (7,5%), eles não utilizam a informação para construir um conceito de renda que tornasse a comparação entre as pesquisas mais real.

Ao construir um conceito de renda comparável, segundo seu entendimento, atribuem uma imputação média de 17% da renda das famílias para o aluguel, para todas as famílias que não pagavam o aluguel. Esse procedimento introduziu claramente um viés na análise. Foi feita a atribuição de menos renda do que o real para as famílias mais pobres e mais renda para as mais ricas. O raciocínio lógico mostra que esse procedimento aumentou a subdeclaração da cauda à esquerda enquanto diminuiu a subdeclaração de renda da cauda à direita. Em busca de construir uma renda equivalente, o aluguel médio imputado, resultou numa participação do aluguel imputado de 11,7% em relação à renda total da PNAD 2003.

Essa participação na POF 2002-2003 foi de 10,6% da renda total. O procedimento inserido gerou, portanto, uma diferença de 1,1% a maior na PNAD do que na POF em rendimentos progressivos. Isso poderia explicar porque o estudo de Barros *et al.* encontrou sobre-estimação da desigualdade na razão 10% mais ricos / 40% mais pobres e na razão 20% mais ricos / 20% mais pobres.

Em suma, a comparação da PNAD com a POF mostra que as últimas captam em torno de 40% mais renda familiar que a PNAD. Esta melhor captação resulta em uma desigualdade de renda medida através do Índice de Gini em de torno 4% maior.

A desigualdade de renda mensurada através do consumo das famílias é um indicador mais acurado, conforme afirma a Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi. Este indicador na POF é menos concentrado do que a mensuração através da renda (5,4% em 2003 e apenas 1,4% em 2009). Mas uma preocupação é que esse indicador deve uma queda muito menor entre as duas POF estudadas do que a mensuração através da declaração dos rendimentos (1,07% contra 5,08%).

Essas considerações podem ser indícios de que a recente queda da desigualdade de renda no Brasil medida através da PNAD pode estar supervalorizada.

6.2 PNAD VERSUS CENSO 2000

O Censo Demográfico (CENSO) realizado pelo IBGE a cada dez anos apresenta múltiplos propósitos. Para muitos desses propósitos a população toda é pesquisada e para outros não. No caso de Trabalho e Rendimento os dados são levantados através de uma amostra, bastante grande, para possibilitar gerar resultados a nível municipal urbano e rural. Como já exposto na seção 2 deste trabalho, o CENSO 2000 trabalhou com uma amostra da ordem de 11,7% dos domicílios. Na PNAD essa ordem é de 0,3% e na POF é de 0,1% dos domicílios.

Essa possível vantagem diante das outras pesquisas domiciliares pode ser prejudicada pelo número de quesitos perguntados sobre as rendas das pessoas, muito menor que na PNAD – e menor ainda que na POF, como exposto na seção 2.

Utilizando dados do Censo Demográfico de 2000, Hoffmann *et al.* (2008, Tabelas 5 e 6) mostram os resultados da composição das diferentes fontes de rendas e os indicadores de desigualdade da distribuição de renda domiciliar *per*

capita, excluindo as pessoas com renda domiciliar per capita nula e as com renda maior de R\$ 30.000 (por ter encontrado dados muito discrepantes).

A composição das diferentes fontes de renda não difere muito do que as encontradas pela PNAD, com exceção da rubrica *aluguéis*, com expressiva diferença. Os *rendimentos do trabalho* participam com 77,8% da renda total; as *transferências* com 17,7%; *aluguéis* com 2,8% e *outros rendimentos* com 1,7%. A soma dos rendimentos do trabalho mais as transferências alcançam 95,5% da renda total. A soma de *aluguéis* com *outros rendimentos* resulta em 4,5%.

É interessante observar que na parcela *outros rendimentos* está também incluso: "... rendimento habitualmente recebido a título de abono de permanência em serviço, pensão paga integralmente por seguradora ou entidade de previdência privada aberta, juros de aplicações financeiras, dividendos, etc." (IBGE, 2003).

O Índice de Gini da distribuição em análise foi (0,626) significativamente maior (5,7%; 5,6%) do que o das PNAD de 1999 (0,592) e 2001 (0,593). Para manter aqui na memória a magnitude desse valor, todo o entusiasmo com a recente queda de 2001 a 2009 se refere a 9,3% no Índice de Gini em 8 anos.

A parcela apropriada pelo 1% mais ricos é de 16% também acentuadamente maior do que a PNAD 1999 (13,24%) e da PNAD 2001 (13,91%) da totalidade da renda. A parcela apropriada pelos 10% mais ricos é muito maior (51%) do que na PNAD 1999 (47,27%) e da PNAD 2001 (47,45%). Infelizmente o estudo mostra que todos os indicadores de desigualdade são piores do que os das PNAD próximas, apesar da composição ser tão semelhante.

Na divulgação dos resultados do CENSO, o IBGE apresentou o Índice de Gini para três distribuições de renda. Pessoas em idade ativa, com rendimento (PIA); Pessoas economicamente ativas, com rendimento de trabalho (PEA); Domicílios, com rendimento (Domicílio). Para todas essas distribuições o Índice de Gini no CENSO foi maior, entre 6% e 8,6%, do que os valores correspondentes a estas distribuições nas PNAD de 1999 e 2001. Os números são respectivamente para PNAD 1999 e 2001: PIA (6,1% e 6,8%); PEA (6,2% e 6,4%); Domicílio (8,2% e 8,6%).

Esse é um fato que precisa ser investigado. Qual a razão dos dados do CENSO, apesar de não captar a renda com a riqueza de detalhes que a POF consegue captar, apresentar um Índice de Gini ainda maior do que a POF apresenta em relação à PNAD?

Talvez a grande razão se deva aos que os autores do livro “Os ricos se escondem” apresentam. (POCHMANN, 2004). Segundo os autores, o Brasil é constituído de algumas “ilhas” de inclusão social rodeadas por um “mar revoltoso” de exclusões. Isto é, são poucas pessoas ou domicílios que concentram muita renda.

Contrastando dados do Censo Demográfico (1980 e 2000), da PNAD (2001), da POF (1996) e de fontes tributárias de avaliação de rendas e de patrimônio, os autores constatam que o CENSO consegue alcançar melhor os ricos.

Comparando as rendas apuradas pelo CENSO 2000 para o centil mais rico da distribuição de renda com os apurados pela PNAD 2001 os autores encontram que para quase todas as Unidades da Federação a renda apurada pelo CENSO é maior. Em Minas Gerais o CENSO captou 156% mais renda do que a PNAD. Em São Paulo 41% mais e apenas no Acre foi 8,6% menor.

Numa outra contrastação de dados para a renda do centil mais rico, do CENSO 1990 com registros administrativos encontraram que as rendas captadas pelo CENSO são maiores que as registradas em 20 das 27 Unidades da Federação. Mas por outro lado, nos estados de maior concentração de riqueza do país – SP e RJ estão entre os estados cujo registro administrativo tem maiores captações de renda do que o CENSO.

Estas discussões empíricas conferem com o raciocínio baseado no bom senso de que a grande vantagem do CENSO sobre a PNAD e a POF com relação ao estudo da desigualdade de renda consiste em sua super amostra. Com uma amostra significativamente maior, na ordem de 11,7% dos domicílios nacionais é bastante provável que os rendimentos da parcela mais rica da população, o centésimo mais rico seja proporcionalmente maior que nas duas pesquisas. Trata-se apenas de uma questão de estrato amostral. Quanto menor o número de indivíduos num determinado estrato, maior o número da amostra necessária para tornar as estimativas estatisticamente significativas para estes indivíduos.

Os resultados do CENSO 2010 estarão sendo aguardados com impaciência pelos pesquisadores do tema.

6.3 POF E PNAD VERSUS SCN

Nesta subseção se objetiva comparar o montante da massa de rendimentos do trabalho captada pela POF 2002-2003 em confronto com o montante do PIB pela ótica da renda no Sistema de Contas Nacionais (SCN) e igualmente confrontar o montante captado pela PNAD 2003 com o calculado pelo SCN.

Um detalhado estudo foi feito por Barros *et al.* (2007) no sentido de comparar a POF 2002-2003 com o SCN. A comparação foi feita antes da ampla reformulação do SCN cujos primeiros resultados passaram a ser divulgados a partir de março de 2007. Os números relativos ao rendimento do trabalho, tanto da PNAD 2003 quanto da POF 2002-2003, apesar de advindos de pesquisas domiciliares e sujeitos à subdeclaração eram maiores que os apresentados no SCN.

No SCN – referência 2000, toda a contabilidade nacional foi refeita desde 2000. Foram incorporados dados das mais variadas bases de dados e realizadas modificações em alguns conceitos para melhor adequação do sistema às normas internacionais. Essas mudanças provocaram modificações nos componentes do PIB sob as três óticas de mensuração. Pelo lado da produção, verificou-se uma redefinição do peso das atividades econômicas em relação ao PIB, gerando incremento em serviços e perdas relativas da agropecuária e da construção civil. Pela ótica da despesa, houve queda da formação bruta de capital fixo em proporção ao PIB e o aumento do consumo das famílias. Na conta da renda os impactos mais significativos foram o crescimento, em termos absolutos e relativos dos rendimentos do trabalho, com espelho na redução da parcela correspondente ao excedente operacional bruto. (HALLAK *et al.*, 2008).

O trabalho de Hallak *et al.* realiza a comparação da massa de rendimentos e da de salários do antigo e do novo SCN com a PNAD 2003 e com a POF 2002-2003. Os resultados apontaram para uma massa de rendimentos no antigo SCN, 21,7% inferior que na PNAD enquanto no novo SCN passa a ser 18% superior que na PNAD 2003. Os autores analisam a perfeita compatibilidade desse valor a maior entre as duas e suas diferenças conceituais de rendimentos (não captação do 13º salário pela PNAD e da participação dos empregados nos lucros, por exemplo).

Os resultados encontrados com relação à POF é surpreendente. No antigo SCN a massa de rendimentos era 32,8% menor que a da POF e passa a ser apenas 1,3% maior no novo SCN, também prontamente explicadas pelas leves diferenças conceituais. (HALLAK *et al.*, 2008).

Com relação às transferências Diniz *et al.* (2007) informa que a PNAD tem uma captação com 90% de aderência aos registros administrativos. Fica em aberto a diferenças do montante com relação ao rendimento do capital.

6.4 PNAD E OS MOVIMENTOS DA COMPOSIÇÃO E CONCENTRAÇÃO AO LONGO DO TEMPO *VERSUS* SCN

Como avaliado na seção 3, a subdeclaração de rendimentos pode afetar as estimativas de desigualdade se estas estão distribuídas de forma desproporcional ao longo da distribuição. Como apresentado na comparação das estimativas de desigualdade geradas através da POF, CENSO e PNAD, a subdeclaração na PNAD deve ser desproporcional, pois as estimativas calculadas através das outras duas bases de informações são maiores entre 3% e 8%.

Outro raciocínio consiste em assumir haver desproporção na subdeclaração de renda nas pesquisas – gerando, portanto, estimativas menores do que a realidade. Se estas subdeclarações forem mantidas ao longo do tempo isto não afetaria o movimento de queda ou aumento da desigualdade.

Para que estas subdeclarações interferissem neste movimento seria necessário que um aumento ou diminuição no nível de subdeclaração das fontes mais concentradas à esquerda da cauda da distribuição, por exemplo, um aumento ou declínio no nível da subdeclaração dos rendimentos dos programas sociais. Ou, de outro lado, uma alteração no nível de subdeclaração das fontes de rendas comumente concentradas à direita da distribuição de renda – como o rendimento do capital.

Hoffmann (2008) avalia que não há, a princípio, evidências de que isso esteja ocorrendo com os dados da PNAD de 2001 a 2006. Em seu trabalho de 2009, inclui também os dados para 2007 e este estudo passa a avaliá-lo.

O trabalho de Hoffmann (2009, Tabela 5) apresenta dados da composição das rendas da PNAD de 2001 a 2007. A renda de todos os trabalhos mais transferências permanecem ao longo do tempo com uma participação em torno de 97% da renda total. Os outros 3% são relativos aos aluguéis e a parcela de *Juros, Bolsa-Família e outros* da PNAD que incluem a remunerações do capital e os benefícios de programas sociais como o Bolsa-Família.

No movimento quase inexistente da composição dos rendimentos há um leve movimento na composição desses poucos 3% de outros rendimentos que não trabalho e transferências. A parcela referente a aluguéis que em 2001 foi de 1,93% passa em 2007 para 1,44% da renda total captada pela PNAD. A parcela referente a *Juros, Bolsa-Família e outros* passa de 0,91% em 2001 para 1,72% em 2007, um movimento expressivo que reflete o aumento da cobertura dos programas sociais federais.

Aliado a esta composição o trabalho apresenta a razão de concentração dessas parcelas (HOFFMANN, 2009, Tabela 6). Se uma razão de concentração for maior que o Índice de Gini diz-se que é uma parcela regressiva, isto é, contribui para aumentar o nível de desigualdade. Se pelo contrário for menor, diz-se que é uma parcela progressiva por contribuir para diminuir o nível de desigualdade em uma distribuição.

Agregando o efeito composição e o efeito concentração é possível avaliar se uma determinada parcela de renda contribui de forma positiva ou negativa para a queda do Índice de Gini no intervalo de tempo. Se uma parcela é regressiva (como rendimento de ativos), mas perde parcela na composição ao longo do tempo, ela contribui para a queda do indicador. E vice-versa, se uma parcela é progressiva (como o rendimento não monetário ou os programas sociais focalizados) mas perde espaço na composição das rendas, colabora, portanto, para aumentar a desigualdade, aqui mensurada através do Índice de Gini.

A concentração da parcela referente a aluguéis é muito superior ao Índice de Gini tanto em 2001 quanto em 2007 (0,7971 e 0,7822 para Gini de 0,5938 e 0,5519), mantendo pois sua característica como parcela apropriada pelos mais ricos. Mas como perde participação na composição ajuda na queda da desigualdade.

Esse movimento de 25,4% de queda da participação dos aluguéis na composição da renda encontra aderência no SCN – entre 2006 e 2001 houve uma queda de 24,5% no EOB das famílias que pode ser considerado uma *proxy* para o rendimento dos aluguéis no SCN.

Visando observar o movimento do rendimento do capital *versus* as outras formas de renda, este trabalho construiu um conceito de “Renda Bruta” para o setor institucional *Família* a partir dos dados do SCN de 2000 a 2006, quando encerram os dados por setor institucional. A renda construída envolve a soma das:

- Remunerações dos empregados;

- Rendimento dos Autônomos (rendimento misto que provavelmente aparece na PNAD como fonte de trabalho);
- Benefícios sociais;
- Outras transferências correntes (apenas os recursos, não desconta os usos);
- Transferências sociais em espécie;
- Rendas da propriedade (apenas os recursos sem descontar os usos);
- Excedente Operacional Bruto das famílias (Aluguéis).

O Gráfico 6.1 mostra o resultado das participações das diversas fontes de renda na renda total.

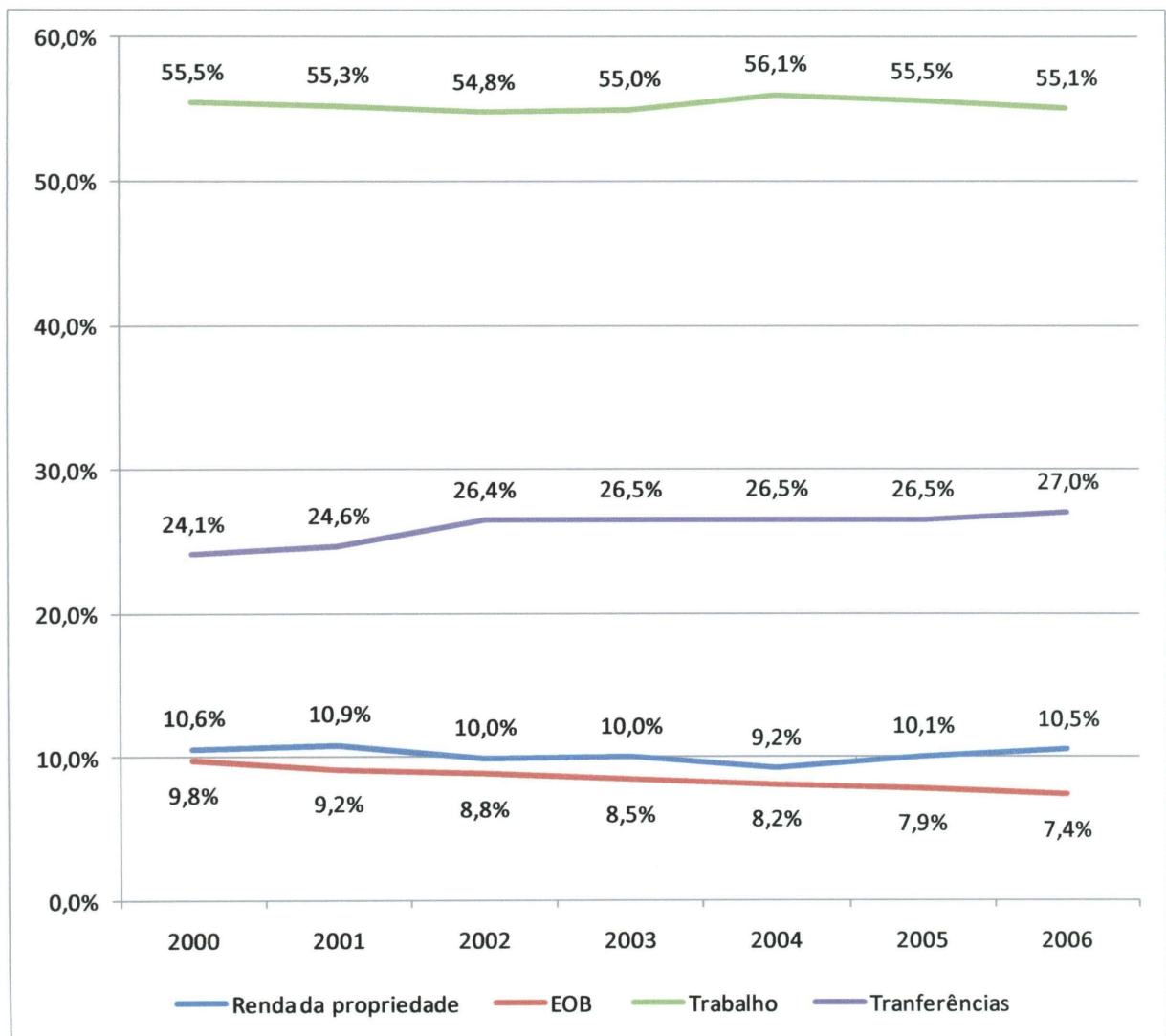


GRÁFICO 6.1 – Participação das fontes de renda na “Renda Bruta”.
 FONTE: IBGE-SCN. Elaboração própria.

Importante frisar que a grande diferença é que o componente aluguéis (EOB) participa com mais de 7% dessa “Renda Bruta”, enquanto na PNAD 2006 participa com apenas 1.7%.

Um movimento diferente acontece na PNAD com relação à parcela *Juros, Bolsa-Família e outros* que vai aumentando sua participação ao mesmo tempo em que se torna mais progressiva. A concentração dessa parcela que era de 0,5394 (Gini de 0,5938) em 2001 passa para 0,091 (Gini de 0,5519). Se as rendas do capital são normalmente apropriadas pela parcela mais rica da população, então a parcela que aumenta contém cada vez menos o componente *Juros*.

Novamente, através do Gráfico 6.1 pode-se afirmar que há coerência nesse movimento junto ao SCN. As rendas da propriedade mantêm uma participação de cerca de 10,5% nessa renda construída ao longo do período. A parcela que aumenta no quesito *outros*, muito provavelmente, consiste de programas sociais e ajudam portanto, na queda da desigualdade.

Importante, mais uma vez, frisar que este componente participa com mais de 10% na composição desta “Renda Bruta” enquanto na PNAD participa com menos de 1%.

Sabe-se que a participação do capital financeiro na economia é cada vez maior. Como estaria a renda aferida pela PNAD e seu equivalente no SCN imune a essa tendência?

Para responder a essa questão pode ser analisada a participação do rendimento da propriedade como percentual do PIB. O Gráfico 6.2 mostra a evolução de 2000 a 2006.

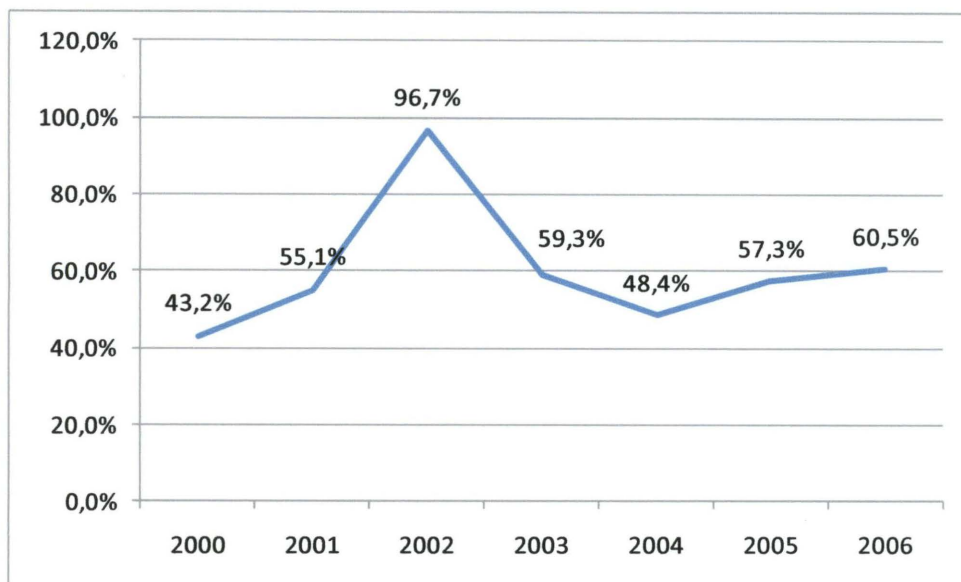


GRÁFICO 6.2 – Percentual das Rendas da Propriedade no PIB.
FONTE: IBGE-SCN. Elaboração própria.

Pode-se observar que não há tendência de estabilidade da participação das rendas da propriedade no produto nacional, e sim, um movimento acentuado de incremento dessa participação. Houve um aumento de 9,7% nesta participação entre 2006 e 2001. Pode-se arguir por que este movimento não está sendo sentido na apropriação da renda pelas famílias? Os Gráfico 6.3 e 6.4 podem dar indícios para esta resposta.

O Gráfico 6.3 mostra a evolução de 2000 a 2006 da distribuição do EOB entre os setores da economia. As famílias perdem considerável participação e também perde a administração pública. As empresas financeiras quase dobram sua participação e as empresas não financeiras também apresentam um movimento de alta nessa participação.

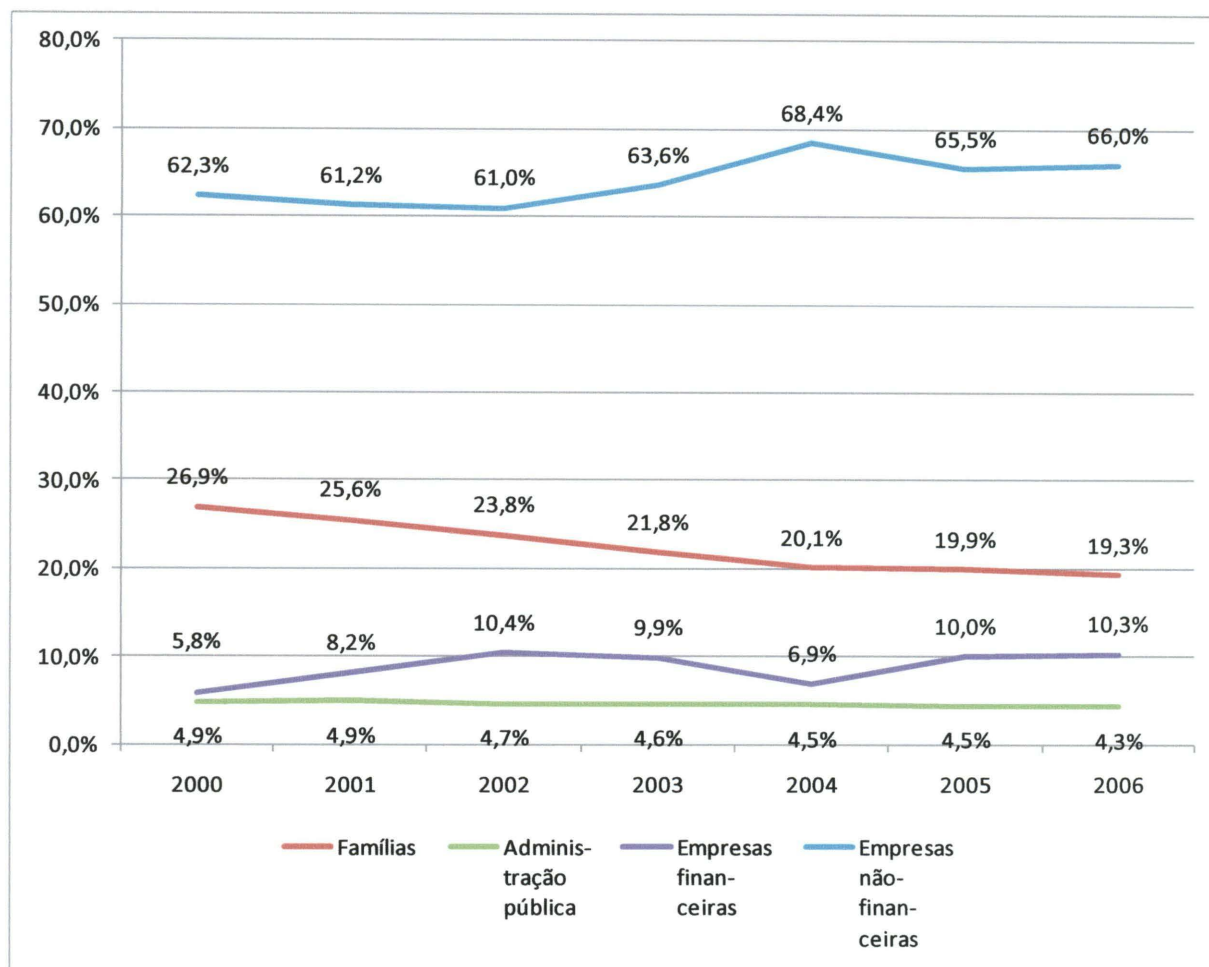


GRÁFICO 6.3 – Distribuição do EOB entre os setores institucionais da economia.
 FONTE: IBGE-SCN. Elaboração própria.

Uma fonte de preocupação consiste em observar que o aumento percentual das rendas da propriedade no SCN de praticamente 10%, encontra seu reflexo no aumento da parcela apropriada pelas empresas financeiras no período de cerca de 9%. O Gráfico 6.4 mostra que o movimento de alta da renda da propriedade na economia não está sendo repassado para as famílias, e sim, sendo apropriado cada vez mais pelas empresas financeiras.

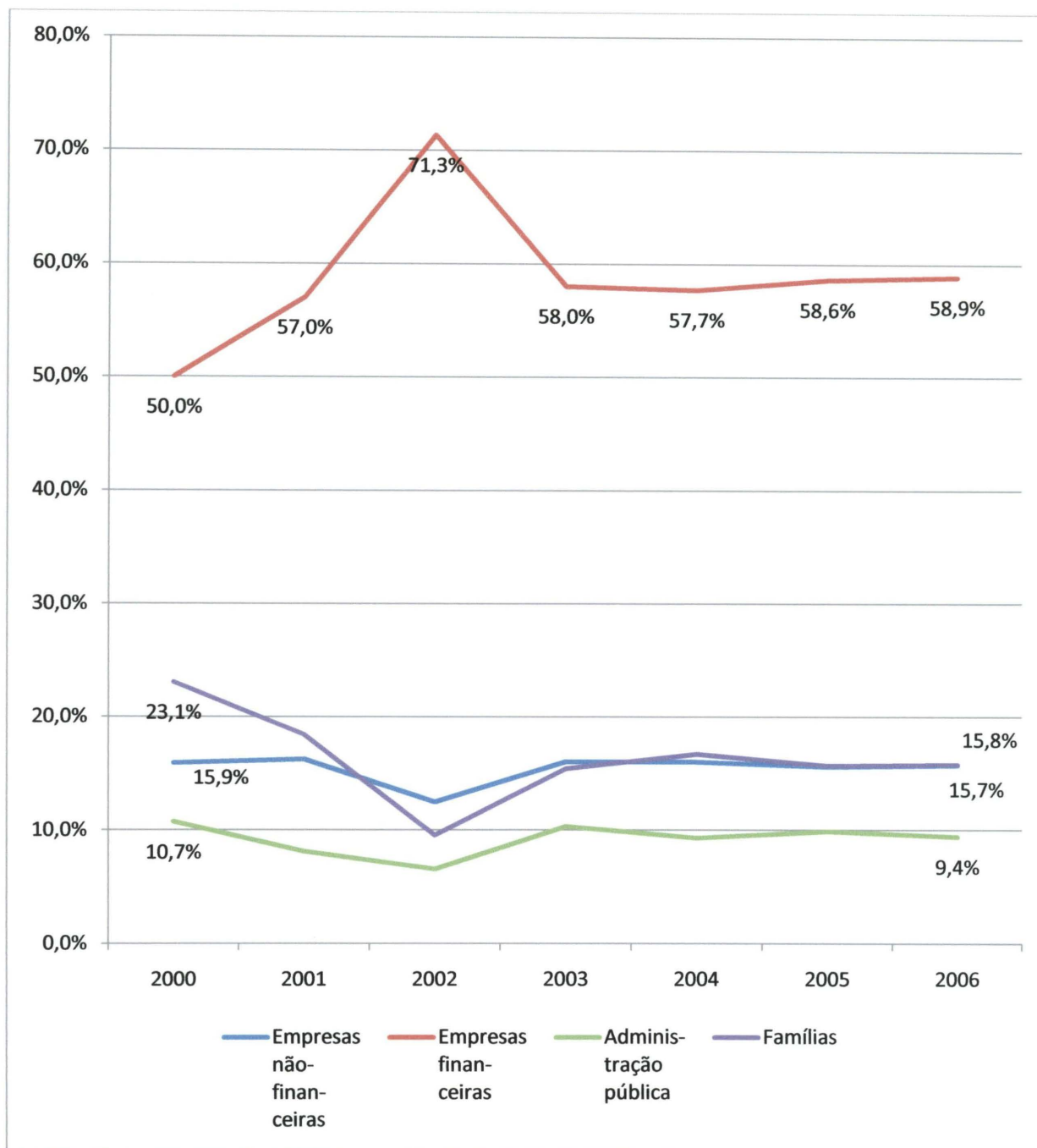


GRÁFICO 6.4 – Distribuição da renda da propriedade entre os setores institucionais da economia.

FONTE: IBGE-SCN. Elaboração própria.

Como já observado por Dedecca (2006) com dados até 2003 do antigo SCN, o padrão de acumulação da economia brasileira está baseado em transferências importantes da renda em favor das formas financeiras de apropriação da riqueza.

Pode-se concluir, a partir destas considerações, que não foram encontrados indícios de que tenha havido um aumento da subdeclaração de rendas - na PNAD, que se concentram na cauda direita da distribuição da renda domiciliar *per capita*.

Sob este ponto de vista, a queda da desigualdade mensurada através dos dados da PNAD não estaria sendo superestimada.

Por outro lado, abre-se espaço para a investigação das formas de apropriação da riqueza gerada pelo país nos moldes do novo capitalismo financeiro e de como esse novo padrão pode afetar o bem estar das pessoas em médio e longo prazo.

7 CONCLUSÕES

Entre 2001 e 2009 o Índice de Gini da renda domiciliar per capita brasileira, estimado através da PNAD, caiu 9.3%. O objetivo deste estudo foi buscar elementos para responder se esta ocorrendo uma falsa estimativa de queda da desigualdade brasileira por conta da subdeclaração de rendimentos existentes em pesquisas domiciliares.

Para responder a esta questão foram expostas as bases de informações utilizadas para estimar a desigualdade no país, suas características, vantagens e desvantagens frente a uma captação mais acurada da renda da população. Os elementos encontrados apontam que as pesquisas de orçamentos familiares, que captam renda e consumo conjuntamente, são mais aderentes à realidade da renda. O CENSO, pelo seu desenho amostral maior tende a captar melhor a renda dos mais ricos. A PNAD possui a grande vantagem da sua anuidade propiciando um acompanhamento mais sistemático.

Uma substancial melhoria com relação às bases de informações está por vir nos próximos anos, com a implementação pelo IBGE, das pesquisas domiciliares contínuas – PNAD e POF.

Em seguida foram discutidas as subdeclarações de renda quanto às suas características. As subdeclarações são maiores quanto maior os valores envolvidos, entre as atividades informais e para os rendimentos do capital. São menores as derivadas do trabalho e das aposentadorias e pensões.

Foi também discutido que, se as subdeclarações forem proporcionais ao longo da distribuição de renda, o grau de desigualdade estimado não seria afetado. E que, mesmo sendo desproporcional - mas mantida a mesma desproporção ao longo dos anos, o movimento de queda ou ascensão da desigualdade estimada não seria afetado.

Na seção quatro foram expostos os números da desigualdade desde 1960. Em 1960 o Índice de Gini da distribuição de renda da PEA era de 0,5 contra 0,61 em 1990 e em 2009 - com 0,519, ainda não recuperou o indicador de 50 anos atrás. Importante ressaltar que em 1960 o indicador foi estimado com base no CENSO e em 2009, com base na PNAD. A comparação pode estar subestimada com relação ao CENSO 2010 em 5% ou 6% se mantida as diferenças CENSO e PNAD verificadas em 2000.

Na seção cinco foram expostos os trabalhos que trataram de quantificar os determinantes da recente queda da desigualdade. Estes trabalhos embora mantendo diferenças importantes, mostram a preponderância do mercado de trabalho como fator principal da queda. Os programas sociais foram também relevantes.

Após o embasamento obtido através das seções anteriores, o estudo se voltou para o efeito das subdeclarações sobre as estimativas de desigualdade.

Comparando o montante de renda captada pela POF em relação à PNAD, foi visto que as primeiras captam em torno de 40% mais renda das famílias que as segundas. Enquanto que a composição da renda captada pela PNAD chega a 97%, para rendimentos do trabalho mais transferências e 3% para outros rendimentos, na POF esta composição é de cerca de 90% para rendimentos do trabalho e em torno de 10% para outros rendimentos. Importante assinalar que na PNAD as transferências de programas sociais estão incluídas no quesito outros rendimentos e na POF não. Existe, portanto, mais renda advinda do rendimento do capital na POF do que na PNAD. Estas diferenças na renda captada geram um Índice de Gini maior na POF do que na PNAD. Na POF 2002-2003 essa diferença ficou em torno de 1,2% maior e na POF 2008-2009 ficou substancialmente maior – em média 3,7%.

Através da PNAD a estimativa da desigualdade teve uma queda - entre 2003 e 2009, em torno de 1,3% a.a.. A estimativa através da POF mostra uma desigualdade em queda menor – de 0,85% a.a.. Preocupante é o fato de ter havido uma queda do Índice de Gini da distribuição das despesas em todo o período de apenas 1,07%, e mais, tenha havido aumento da desigualdade das despesas na área rural.

A desigualdade estimada através do T de Theil - mais sensível à modificações na cauda direita da distribuição, foi calculado por Hoffmann (2010) e mostra queda da desigualdade de renda bem menos robusta que a mensurada através do Índice de Gini. Para a desigualdade na distribuição das despesas mostra ter havido aumento tanto na área urbana quanto na área rural e manteve-se inalterado para o Brasil como um todo.

A queda da desigualdade mensurada através da POF mostra, portanto, menos motivos para comemorações. Elas conseguem captar 40% mais renda apesar de trabalhar com uma amostra de praticamente 1/3 do tamanho das amostras da PNAD e mostram resultados bem mais modestos em termos de queda

de melhoria da iniquidade entre a população – com Índice de Gini cerca de 4% maior.

Em comparação da desigualdade de renda medida através do CENSO 2000, levantou-se que a composição da renda consiste em 95,5% de rendimentos de trabalho mais transferências e de 4,5% para outros rendimentos. O Índice de Gini encontrado é em torno de 6% maior do que os mensurados através da PNAD. Todas as medidas de desigualdade são maiores no CENSO do que nas PNAD de 1999 e 2001. A parcela apropriada pelo centil mais rico é substancialmente maior (16%) no CENSO do que nas PNAD de 1999 e 2001 (13,2%; 13,9%).

Esses resultados para o CENSO são corroborados pelas considerações de Pochmman (2004) de que os ricos se escondem. Numa pesquisa com amostragem substancialmente maior aumenta a possibilidade de encontrá-los. A iniquidade brasileira caracteriza-se por uma concentração muito acentuada no decil e principalmente no centil superior.

Em seguida foi exposto o montante de renda derivada do trabalho capturadas pela PNAD e pela POF comparativamente ao do SCN. Os resultados mostraram que a POF é bastante aderente aos dados do SCN para rendimentos. No novo SCN o montante do rendimento agrega valores 18% maior que a PNAD e apenas 1,3% maior que a POF. Esses resultados mostram a superioridade da POF em capturar a renda da população.

Finalmente, finalizando o trabalho, foram contrastados os movimentos da composição de renda da PNAD com o movimento dos agregados do SCN ao longo do tempo. O objetivo de contrastar esses movimentos consistiu em verificar se não estaria havendo aumento da subdeclaração em rendas concentradas à direita da distribuição – o que geraria uma subestimação da desigualdade.

Não foram encontrados indícios de que tal fato estaria ocorrendo, mas foram encontrados indícios de um padrão de acumulação da riqueza em favor das empresas financeiras. Também se encontrou o volume muito maior da parcela do rendimento da posse do capital em relação aos encontrados nas demais bases de informações.

Observou-se que no SCN os rendimentos da propriedade são crescentes desde 2000, passando de 43% do PIB para 61% em 2006. No entanto, este movimento ascendente do rendimento da posse do capital não está tendo reflexo no setor institucional família. Neste setor esta parcela perde participação, passando de

21% em 2000 para menos de 16% em 2006. São as empresas financeiras que estão se apropriando dessa parcela crescente, com aumento de 9% no período.

Da mesma forma, quando se observa o movimento do EOB – que para as famílias representam o volume de aluguéis - distribuído pelos setores institucionais do SCN, percebe-se que as famílias perdem participação em cerca de 8%, enquanto as empresas financeiras quase dobram sua participação.

A parcela do rendimento do capital no SCN é da ordem de 20% da renda bruta das famílias enquanto na PNAD são de menos de 3% - e mesmo na POF, com sua capacidade de captar mais os rendimentos que não trabalho, eles são de ordem muito inferior, de 10%. Com relação ao CENSO esta parcela é da ordem de 4.5%. Há, portanto, um grau bastante alto de subdeclaração dos rendimentos do capital.

Pode-se concluir pela possibilidade da subdeclaração estar supervalorizando a queda da desigualdade recente, visto os números apresentados. A POF de 2008-2009 já acendeu um sinal de alerta com a menos robusta queda da desigualdade de renda e mais, pela praticamente estagnação da desigualdade de despesas.

Conjugando-se todos os elementos encontrados neste estudo, não se encontra motivos para comemorações. A desigualdade de renda continua extremamente elevada e possivelmente a queda recente está centrada numa acomodação do mercado de trabalho ao crescimento econômico brasileiro aliado a uma nova postura frente aos excluídos e uma revalorização do salário mínimo – espaços que podem estar sendo já saturados e não possibilitará a continuidade da queda da desigualdade pelo tempo necessário para a reversão do quadro da iniquidade brasileira.

Não é de conhecimento deste estudo movimentos que apontam para uma nova postura do Estado em relação ao imposto sobre grandes fortunas, presente na Constituição de 1988, mas ainda não exercido de fato. O impacto distributivo da ação do Estado é muito baixo. O trabalho de Silveira (2008) aponta para a necessidade da redefinição da postura do Estado com relação aos impostos diretos e indiretos de forma a tributar com impacto distributivo eficiente.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J. P. **Avaliando a significância estatística da queda na desigualdade no Brasil.** In: Barros, R. P.; Foguel, M. N.; Ulyssea, G. (Eds). *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente.* Brasília: IPEA, 2007, v. I, cap. 4, p. 163-174.

DEDECCA, C. S. **A redução da desigualdade no Brasil: uma estratégia complexa.** In: Barros, R. P. ; Foguel, M. N.; Ulyssea, G. (Eds). *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente.* Brasília: IPEA, 2007, v. I. cap. 9, p. 299-330.

BARROS, R., MENDONCA, R. **A evolução do Bem-estar e da Desigualdade no Brasil desde 1960.** IPEA – TD 286. Dezembro de 1992

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira.** In: BARROS, R.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente.* Brasília: IPEA, 2007. cap. 16, v. 2.

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S; MENDONCA, R. **Determinantes Imediatos da Queda da Desigualdade de Renda Brasileira.** In: BARROS, R.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente.* Brasília: IPEA, 2007. cap. 12, v. 1.

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S; MENDONCA, R. **Determinantes da Queda na Desigualdade de Renda do Brasil.** IPEA – TD 1460. Janeiro de 2010.

BARROS, R. P.; CURY, S.; ULYSSEA, G. **A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada?: Uma análise comparativa com base na PNAD, na POF e nas Contas Nacionais.** IPEA – TD 1263. Março de 2007.

DINIZ, B. P. C.; SILVEIRA, F. G.; BERTASSO, B. F.; MAGALHAES, L. C.G.; SERVO, L. M. S. **As pesquisas de orçamentos familiares no Brasil.** In: Silveira, F. G.; Servo, L. M. S, Menezes, T.; Piola, S. F., orgs. *Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas — Volume 2: 17-74.* 2007.

HALLAK NETO, J.; KOZOVITZ, L.; RAMOS, R. L. O; PEREIRA, S. R. **Trabalho e Rendimentos na nova série do Sistema de Contas Nacionais.** R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 571-592, set./dez. 2008.

HOFFMANN, R. **Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004**. *Econômica* v. 8, n. 1, p. 55-81. Rio de Janeiro. 2006.

HOFFMANN, R., Ney, M. G. **A recente queda da desigualdade de renda: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais**. *Econômica* v. 10, n. 1, p. 7-39. Rio de Janeiro. 2008.

HOFFMANN, R. **Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita**. *Revista de Economia e Sociedade*, v. 18, n. 1. Campinas. 2009.

HOFFMANN, R. **Desigualdade da renda e das despesas *per capita* no Brasil, em 2002-2003 e 2008-2009, e avaliação do grau de progressividade ou regressividade de parcelas da renda familiar**. *Revista de Economia e Sociedade*, v. 19, n. 3. Campinas. 2010.

IBGE. **Censo Demográfico Nacional 2000**. Trabalho e Rendimento: Resultados da Amostra. Rio de Janeiro. 2003.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002**. PNAD, Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: Primeiros Resultados**, 2 Ed. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002/pof200220032aed.pdf>, acesso em 02/06/2010.

IBGE. **O Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares**. SIPD, 2008. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1903.pdf, acesso em 11/05/2011.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida**. Rio de Janeiro. 2010a.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009**. PNAD, v. 30, Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais, Referência 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010c.

IPEA. **PNAD 2009 – Primeiras Análises: Distribuição de Renda entre 1995 e 2009.** Brasília. 2010.(Comunicado IPEA n 63). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>.

IPEA. **A Distribuição dos Rendimentos do Trabalho e a Queda da Desigualdade de 1995 a 2009.** Brasília. 2010a.(Nota técnica). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>.

JANNUZZI P.M. **Indicadores sociais no Brasil.** Campinas: Alínea. 2001.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010.** Disponível em <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2010/chapters/pt/>, acesso em 16/05/2011.

POCHMANN, M. *et al.* (org). **Os ricos no Brasil. Atlas da Exclusão Social.** v. 3. São Paulo. 2004.

ROCHA, S. (2002). **A investigação do rendimento na PNAD: comentários e sugestões à pesquisa nos anos 2000.** Texto para discussão no 899. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 19p.

ROCHA, R.; URANI, A. **Posicionamento social e a hipótese da distribuição de renda desconhecida. Brasil: quão pobres, quão ricos e quão desiguais nos percebemos?** Rev. Econ. Polít. vol.27 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2007.

SILVEIRA, F. G. **Tributação, previdência e assistência sociais: impactos distributivos.** 2008 . Tese (Doutorado). Unicamp. Campinas. 2008.

SOARES, S. **Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004.** *Econômica*, v. 8, n. 1. pp. 83-115, Jun. 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/cpgeconomia/economia.htm>

SOARES, F. V. *et al.* **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade.** Brasília: IPEA, 2006 (Texto para Discussão, n. 1.228). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>.

SOARES **O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável?** Revista de Economia Política 30 (3), 2010.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, JP. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress.** September 2009. Disponível em http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf